

ADverso

Jornal da Adufrgs nº 135 - Junho/2005

REFORMA UNIVERSITÁRIA Financiamento pode inviabilizar autonomia

Segunda versão do anteprojeto do governo dá autonomia para as universidades, mas não garante recursos suficientes para manutenção e ampliação do ensino superior público.

Visite a sede da Adufrgs no Campus do Vale

ufrgs



Entre a agência dos Correios e a Livraria
Aberta de segunda à sexta, das 10h às 13h30 e das 14h30 às 17h
Fone 3352-2300

ADufrgs
Seção Sindical da ANDES/SN
ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UFRGS

ADufrgs
Seção Sindical da ANDES/SN
ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UFRGS

Seção Sindical da Andes-SN
Rua Otávio Corrêa, 45 Porto Alegre/RS
CEP: 90050-120 Fone/Fax: (51) 3228.1188
E-mail: adufrgs@portoweb.com.br
Home Page: <http://www.adufrgs.org.br>

Diretoria

Presidente: Eduardo Rolim de Oliveira
1º vice-presidente: Cláudio Scherer
2º vice-presidente: Lúcio Hagemann
1ª secretária: Zuleika Carreta Corrêa da Silva
2º secretário: Mauro Silveira de Castro
1º tesoureiro: José Carlos Freitas Lemos
2º tesoureiro: Marcelo Abreu da Silva
1º suplente: Regina Rigatto Witt
2º suplente: João Vicente Silva Souza

ADverso

Publicação mensal impressa em papel
Reciclado 75 gramas
Tiragem: 4.500 exemplares
Impressão: Comunicação Impressa
Produção e edição: Veraz Comunicação Ltda

Editora: Maricélia Pinheiro (MG 05029 JP)
Reportagem: Maricélia Pinheiro, Nara Branco
(6470/80) e Zaira Machado (RJP 7812)
Ilustrações: Francisca Braga
Projeto gráfico e diagramação: Fabrícia Osanai

AINDA SOBRE A REFORMA UNIVERSITÁRIA



Entre as matérias veiculadas neste segundo número da nova versão do *Adverso*, que se constitui em nosso principal meio de comunicação entre os associados da Adufrgs, encontra-se ainda, pela sempre atualidade do tema, a nova versão da Reforma Universitária que vem sendo discutida pelas várias instâncias da comunidade acadêmica, sob a coordenação do Ministério da Educação. Esta segunda versão do anteprojeto, que o senhor ministro da Educação pretende que seja definitiva, contém, a partir de sugestões apresentadas por várias instâncias, algumas inovações em relação à versão anterior. Permanecem, contudo, ainda muitas dúvidas sobre as reais pretensões governamentais com a referida reforma.

Aparentemente, sob o pretexto da necessidade de expansão da oferta de vagas à população entre 18 e 24 anos, o projeto suscita simpatias e aplausos. Ocorre que a questão central, a do financiamento do ensino público universitário permanece sem solução. Feitas as contas com todo o cuidado, verifica-se que os recursos permanecem insuficientes, inclusive para a manutenção das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) nos moldes em que estas funcionam atualmente, sem permitir qualquer expansão no número de matrículas a serem ofertadas.

Sem querer abordar o indiscutível mérito e necessidade da promoção de uma autêntica Reforma Universitária, imprescindível em função de um projeto de Nação que dê sustentação à modernidade do Estado Brasileiro, parece que o principal ponto, ainda a ser equacionado, é o financiamento público. Assim, enquanto o Ministério da Educação não obtiver das autoridades fazendárias uma garantia efetiva de recursos, imprescindível à implantação de uma reforma que certamente demandará mais verbas para melhores condições de ensino, pesquisa e extensão, a comunidade universitária não se sente segura de que os objetivos da reforma serão atingidos, ainda que continue avaliando a sua implantação como extremamente importante e necessária. Insistir na discussão, já tão profícua de tema tão relevante sem as garantias mínimas das possibilidades de sua concretização, por insuficiência de meios, poderá representar uma frustração na comunidade acadêmica, de difícil superação, que comprometeria mais ainda a credibilidade dos atuais detentores do Poder.

04 Fapergs

06 Entrevista

DENISE BALARINE CAVALHEIRO LEITE

(professora da Faced/Ufrgs)

"A avaliação participativa é
democracia direta"



09 Assembléia

e Campanha Salarial

10 Pesquisas com células-tronco

12 Vida no Campus

14 Reforma Universitária

Projeto continua em disputa

Embora tenha atendido a várias reivindicações da sociedade, a segunda versão do anteprojeto ainda está longe do ideal. O financiamento previsto não assegura a manutenção e ampliação das Ifes e impossibilita a prática da autonomia.

16 Fórum Social Mediterrâneo

17 A Europa que diz Não

18 Neonazismo

20 Prestação de contas

21 WWW

22 Bienal do Livro

23 Orelha

24 Hipermídia

26 Observatório

27 A História de Quem Faz

FAPERGS

Parcerias para ampliar verbas

Com mais de 40 anos de atuação, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs) vem estimulando a ciência e a tecnologia nas mais diversas áreas. Ao longo desse tempo, o apoio dado pela instituição permitiu a instalação e consolidação de grupos de pesquisa no estado. Neste ano, a Fapergs conta com um orçamento apertado de R\$ 27 milhões e busca a ampliação de parcerias com empresas gaúchas.

por Nara Branco



Projetos : Pólo Petroquímico de Triunfo, parceria da Fapergs com a Copesul, solucionou problemas ambientais.

Para atingir o desenvolvimento harmônico das diversas áreas do conhecimento humano e propiciar o crescimento da base científica e tecnológica do Estado, a Fapergs atua com várias linhas de ação, proporcionando aos recém-doutores as condições necessárias para sua fixação no Rio Grande do Sul, além de promover a vinda de pesquisadores experientes de fora do Estado para assessorar projetos e linhas de pesquisa, com vistas à sua qualificação. Vinculada à Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia, trabalha no sentido de lançar editais para a execução da política de desenvolvimento neste setor. Além disso, realiza convênios com outras instituições de fomento à pesquisa – nacionais e internacionais –, empresas e outras entidades, com o objetivo de buscar recursos adicionais e complementares para o financiamento de suas atividades.

Segundo Jarbas Milititsky, presidente do Conselho Superior da Fapergs, a contribuição da instituição para a sociedade tem

sido insubstituível. "Nenhuma instituição deu tanto apoio e fomentou de tal forma a pesquisa no Rio Grande do Sul", comenta. Milititsky conta que ao longo destes mais de 40 anos, a Fapergs conseguiu auxiliar a implantação de cursos de pós-graduação, consolidar grupos de pesquisa e viabilizar a realização de eventos culturais no Estado, com significativa repercussão. "Também conseguimos atrair e fixar jovens pesquisadores no quadro gaúcho de pesquisa, tornando a entidade pioneira no incentivo às relações entre grupos de pesquisa com o setor produtivo, firmando parcerias nas mais diversas áreas", complementa.

João Antônio Pêgas Henriques, diretor-presidente da Fapergs, fala da importância da entidade, destacando uma de suas primeiras ações: possibilitar a criação do Centro de Biotecnologia do Rio Grande do Sul, o primeiro do País. "Esse centro gerou duas ações significativas na área de biotecnologia: a formação de recursos humanos, através de programas de bolsas, a interação entre

empresa e universidade para a formação de incubadoras tecnológicas e a mudança de cultura no setor acadêmico e nas empresas envolvidas, gerando recursos e empregos", lembra. Como exemplo prático desta ação, Henriques cita a parceria feita com a Copesul que resultou na duplicação do Pólo Petroquímico de Triunfo. "Através de um convênio com a Ufrgs foi possível a solução de problemas ambientais", comenta.

Presente

Atualmente, a Fapergs desenvolve o Projeto Genosul, que trabalha com o sequenciamento do genoma da bactéria que causa a gripe suína. "A Fapergs liberou R\$ 700 mil e o governo federal mais de R\$ 2 milhões para capacitação, compra de equipamentos e bolsas para a realização de projetos", informa Henriques. A etapa atual do projeto é o desenvolvimento de vacinas.

Jarbas Milititsky acrescenta que neste momento existem editais em fase final de avaliação e contratação para fixar pesquisadores no Estado no valor de R\$ 16 milhões, R\$ 8 milhões do governo gaúcho e R\$ 8 milhões do Finep – Financiadora de Projetos do Governo Federal. "De 260 projetos avaliados, 63 foram aprovados e estão na fase de estudos de viabilidade técnica e econômica para então serem implantados", informa.

Para Henriques, é importante lembrar que o Programa de Participação Popular, o Pró-Coredes, também tem propiciado a implantação de programas de caráter científico-tecnológico, com avaliação de qualidade científica e verba gerenciada pela Fapergs, de acordo com as necessidades regionais. "Já foi implantado o primeiro projeto, que agora está em fase de avaliação", destaca.

Perspectivas

Henriques reconhece que a contribuição da Fapergs poderia ser muito maior, se houvesse uma regularidade no repasse dos recursos por parte do governo do Estado. Por isso, entre as metas da entidade está a busca por essa regularidade. No plano operacional, ele cita o estabelecimento de uma avaliação e diagnóstico das várias áreas de conhecimento para focar mais as ações da entidade nas necessidades da sociedade gaúcha. "Também queremos contribuir para o desenvolvimento da sociedade e do Estado, ampliando esta ação para o setor produtivo", comenta. Henriques cita alguns editais que estão previstos para alcançar este objetivo. Um deles é o relativo à vitivinicultura, com parcerias com o Instituto Brasileiro do Vinho (Ibravin) e Finep, e o outro é relativo à cadeia produtiva da maçã, em parceria com a Associação Brasileira de Produtores de Maçã do Rio Grande do Sul.

Para Henriques, esses dois projetos mais o programa de Apoio a Bolsas de Iniciação Científica podem contribuir e muito para essas metas. "Hoje contamos com R\$ 27 milhões, mas se tivéssemos o dobro destes recursos, teríamos uma atuação muito mais ampla. Por isso buscamos parcerias com empresas e entidades e a ampliação de intercâmbios científicos com o exterior, além daqueles que a Fapergs já tem com países como Alemanha, França e Estados Unidos", conclui.

A Fapergs aos quarenta anos

Fernando C. Zawislak

Professor do Instituto de Física da Ufrgs e membro da Academia Brasileira de Ciências

Criada em 1964, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs) desempenhou nas primeiras décadas um papel importante no desenvolvimento científico e tecnológico do Estado. Operou regionalmente mediante apoio a grupos de pesquisadores, inclusive àqueles que não tinham acesso aos financiamentos do CNPq, da Capes e da Finep, assegurando-lhes assim as condições necessárias para sua consolidação. Fez isso com recursos sempre escassos, mesmo depois que, em 1989, a Constituição do Estado os fixou em 1,5% da receita líquida de impostos do Estado, o que jamais foi cumprido. De fato, os repasses ficaram, em média, em torno de 0,3% de 1991 a 2001. Apesar dessa severa limitação, a Fapergs manteve com regularidade seus programas de formação de recursos humanos e de fomento ao intercâmbio e à pesquisa. E mais, inovou através de uma iniciativa inédita no País: a implantação, em 1991, do Programa de Estímulo à Interação de Grupos e Centros de Pesquisa com o Setor Empresarial, que obteve excelentes resultados e repercussões nos primeiros anos, mas definhou depois, não sem antes servir de modelo para o programa de Parceria para Inovação Tecnológica (Pite) da Fapesp.

Em 2002 e 2003 os valores dos repasses caíram ainda mais, para 0,24% e 0,16%, respectivamente, levando à descontinuidade de financiamentos e à interrupção de projetos. A esse problema somou-se a interveniência de critérios geográficos, de pressões institucionais e de influência partidária que dificultaram a adequada constituição do Conselho Técnico-Administrativo (que teve quatro Diretores-Presidente em dois anos) e do Conselho Superior da Fapergs. Prejudicada assim no seu relacionamento com a comunidade científica e tecnológica e com o próprio governo do qual depende, mergulhou a Fapergs em uma de suas mais graves crises.

Por iniciativa da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Adufrgs) e com apoio da Academia Brasileira de Ciências (ABC), da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e de outras entidades, foi organizado, em junho de 2003, o painel "Em Defesa da Fapergs". A partir da mobilização desencadeada por esse evento, e com o decidido apoio do Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado, deputado Kalil Sehbe, foi possível reconstituir, em 2004, o Conselho Superior da Fapergs, que elegeu como Presidente o Professor Jarbas Milititski; e nomear, no início de 2005, o Professor João Antonio Pégas Henriques como Diretor-Presidente do Conselho Técnico Administrativo.

Com estas iniciativas, a Fapergs está novamente apta a implementar as políticas de Ciência e Tecnologia voltadas ao desenvolvimento econômico e social do Estado, desde que o governo estadual regularize e amplie os repasses de recursos financeiros.

Denise Balarine Cavalheiro Leite

"A avaliação participativa é democracia direta"

Denise Leite é professora do programa de pós-graduação em educação da Ufrgs e pesquisadora do CNPq. Como consultora da Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Conaes) tem desenvolvido pesquisas inter-institucionais e internacionais sobre inovação, avaliação e pedagogia universitária em parceria com pesquisadores de universidades do Uruguai, Argentina e Portugal. Envolvida desde 1994 com os programas de avaliação interna da Ufrgs, o que já lhe rendeu vários trabalhos publicados, Denise Leite lançou

recentemente o livro "Reformas Universitárias - Avaliação Institucional Participativa", que reúne as experiências estudadas ao longo dos últimos 10 anos. Nesta entrevista ela fala sobre sua última obra, cuja elaboração exigiu um período de estudo - pós-doutorado - com o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, e atenta para a imprescindível necessidade de avaliar para reformar. E ainda para a importância da participação efetiva da comunidade universitária no processo de avaliação.

por Maricélia Pinheiro

Fotos Clarissa Pont.

Adverso - Quando surgiu a prática de avaliação nas universidades brasileiras?

Denise Leite | Começou com o programa Paiub (Programa de Avaliação Interna das Universidades Brasileiras), ou até antes dele. Na gestão do professor Hélgio (Hélgio Trindade, reitor da Ufrgs de 1992 a 1996) e da professora Mérion (Mérion Bordas/Faced) à frente da Prograd (Pró-Reitoria de Graduação), começou a se levantar as dificuldades das unidades para elaborar o plano de gestão. Na medida em que se levantava as dificuldades, começamos a ver que, na verdade, estávamos fazendo um diagnóstico. E ao fazermos um diagnóstico, estávamos fazendo uma avaliação. Nos demos conta que precisávamos melhorar, aprimorar mais o diagnóstico, conversar mais. Em todas as unidades havia pessoas que tinham reclamações e apontavam questões que deveriam ser mudadas, reformadas dentro da



"O Sinaes é um sistema abrangente, porque examina o estudante quando entra e quando sai da universidade"

Ufrgs. Começamos a pensar em avaliação e, ao mesmo tempo, em nível mundial, se realizava avaliações em universidades, principalmente na Europa, porque nos Estados Unidos já existia. Na Europa o tipo de reforma era o que podemos chamar de neoliberal, conduzida pela Margaret Thatcher (primeira-ministra da Inglaterra de 1979 a 1990), que vinculava a liberação de recursos ao resultado das avaliações. As universidades que se classificavam em nível mais alto ganhavam mais recursos, em nível intermediário ganhavam menos e as que estivessem no nível baixo não ganhavam nada. Ela realmente retirou recursos das universidades a partir do programa avaliativo, que era um programa de punição. Isso nos causava muito medo na época, porque não tínhamos uma cultura de avaliação, então foi uma avaliação necessariamente participativa nesse sentido, porque foi muito discutida dentro da universidade, em assembleias, reuniões.

Adverso - Já era uma exigência do governo na época?

Denise | Não. Nesse momento ainda não era. A iniciativa surgiu com o programa de gestão e depois foi levada diretamente ao MEC pelo professor Hélgio, que junto a experiências de outras universidades se transformou no programa Paiub. Aí sim, virou um programa oficial e nós já começamos dentro do programa oficial. Se chamou Paiufrgs (Programa de Avaliação Interna da Ufrgs) e virou Paiub. O programa foi amplamente divulgado, em palestras, encontros, material impresso. A partir daí comecei a estudar o que tinha acontecido e o que mais me chamou atenção é como as pessoas se envolveram no programa de avaliação. Estudei o caso da Unijuí (Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul), da Unisinos (Universidade do Vale do Rio do Sinos) e da Unesp (Universidade Estadual Paulista). Juntei-me a pesquisadores da Argentina, onde avaliamos quatro programas, estudei ainda os programas de avaliação da *Universidad de la República*, no Uruguai, e da Universidade do Aveiro, em Portugal. Dos dez casos que estudei, a Unijuí, a *Universidad de la República* e a Ufrgs tinham tido uma participação diferente, um envolvimento maior da comunidade universitária. As pessoas decidiam como queriam fazer, tomavam as decisões, produziam a avaliação e a usavam para fazer as alterações. Na *Universidad de la República* havia uma característica muito diferenciada: eles tinham um processo de co-gestão, que vinha desde a Reforma de Córdoba, de 1918, onde os estudantes estavam presentes em todos os colegiados, e do qual participavam também os ex-alunos, além dos professores. E eles participam com uma força política muito grande. O pecado deles é o fato do funcionário não fazer parte. Mas havia um detalhe especial, o voto da minoria também era computado. Isso me surpreendeu.

Na Unijuí verifiquei outra característica: ela surge de uma faculdade de filosofia, envolvida com movimentos da Igreja e sindicais, daí o envolvimento com a comunidade. Quando começou o processo de avaliação, a comunidade se envol-

"Por que temos que receber avaliações pensadas e elaboradas por outros, se podemos avaliar através de um processo democrático?"

veu de tal maneira que não havia espaço nas assembleias. O processo de avaliação era produzido em diferentes frentes, fora da universidade inclusive. A Unijuí é uma universidade diferenciada, que trabalha com indígenas das tribos *kaingang* e se preocupa com o espaço onde está inserida.

Adverso - Como surgiu a necessidade do estudo em Portugal?

Denise | Como não havia escopo teórico aqui dentro da Educação (Faced) para tentar analisar os casos, eu não consegui saber porque esses três eram tão diferentes da Unisinos, onde já tinha havido participação, mas esta já não era o principal foco. A universidade vinha se transformando em uma direção mais voltada para o *marketing*, mais da política de visão externa e menos de envolvimento interno de docentes e estudantes no processo de avaliação.

Surgiu então a oportunidade de estudar com Boaventura de Sousa Santos (sociólogo português) em Portugal. Avaliação não é o tema de estudo dele, mas fui em busca de como eu poderia entender o processo de participação que acontecia em alguns casos de avaliação e que contrariava toda a lógica hegemônica e dominante, em termos de avaliação, que acontecia no mundo.

Adverso - Qual seria a principal diferença entre o modelo participativo e o mais usual?

Denise | Quando se estuda avaliação o que se encontra são modelos que os próprios autores definem como liberais. O Provão, por exemplo, tem características liberais, serve ao sistema, parte de uma concepção que vem de uma hierarquia do poder Executivo, que delibera de cima para baixo. E até usa os resultados para melhorar as políticas governamentais do se-

tor, mas usa da maneira que lhe convém, não a partir de uma consulta pública, mas para fazer *marketing*, inclusive do governo. Como tínhamos processos diferenciados, com menos visibilidade, a imprensa não ressaltava. Muitas vezes vinham nos entrevistar, mas quando dizíamos que o resultado era exatamente a possibilidade de congregar pessoas e estas analisarem internamente suas dificuldades e ver o que poderia ser feito a parti dali, achavam que não havia nada palpável que pudesse interessar a um grande público. Agora se eu dissesse para um jornalista, por exemplo, que a Ufrgs teria cursos com 90% de evasão, virava manchete. Mas isso nunca foi tema de nossas discussões. O que nos interessava era entender porque havia evasão. A diferença estava no jogo entre quantitativo e qualitativo.

Quando se resolveu fazer o estudo que deu origem ao livro, foi se observando essas pequenas nuances e procurando entender esse processo. E uma das conclusões a que chegamos é de que essa avaliação não era de um modelo liberal, porque partia do interior da instituição. Existia a visão de uma participação democrática dentro de uma perspectiva política, que não era só construir conhecimento sobre a instituição. Havia ainda a visão do século 21, desde 1994, porque queríamos trabalhar o futuro.

Adverso - Quais as principais diferenças entre o Provão e o Sinaes?

Denise | Nesse meio tempo houve uma série de modificações em nível histórico-político dentro do País, uma mudança de governo e, portanto, uma mudança de avaliação. O Sinaes tem um tripé, ele é um programa de avaliação de fato, não é simplesmente uma prova como foi o Provão nos anos 90. O tripé é constituído pelo Enade (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes), a avaliação dos cursos de graduação e a avaliação

das instituições, que acontece interna e externamente. É um sistema abrangente, porque examina o estudante quando este entra e quando sai da universidade. O Provão examinava o estudante apenas no último ano. No Sinaes o aluno é submetido a uma prova de conhecimentos gerais. Isso é interessante porque visa verificar o sujeito como cidadão, não é um curso universitário que apenas forma um profissional para o mercado.

Adverso - Em que a avaliação influencia no propiciar o direito à igualdade e à diferença?

Denise | Trabalhamos a questão da igualdade e da diferença desde o primeiro programa da Ufrgs. Não consideramos que a avaliação deva ser comparativa, porque quando se compara, pode se cometer uma injustiça. A avaliação do tipo liberal ou neoliberal, qualifica os indivíduos para depois separá-los. Essa era a característica do provão. Quando se trabalha numa outra perspectiva, que não seja a neoliberal, a comparação pode até existir, mas não é o fundamental. O importante é descobrir o que está por trás da questão. Não adianta ter o dado quantitativo se não tiver o contexto no qual ele está inserido. É esse contexto que a gente tem que entender quando faz uma avaliação qualitativa, tarefa que fica mais fácil quando se tem o envolvimento das pessoas. Então, o que se quer trabalhar é a qualidade da diferença e não a comparação entre os diferentes. Não interessa comparar se um curso está bem e outro mal. Bem e mal frente a quê? Com a globalização, em breve teremos que aceitar os parâmetros internacionais.

Adverso - Isso é ruim?

Denise | É uma maneira de avaliar. No meu livro, por exemplo, eu não defendo esse tipo de avaliação. Somos carentes no Brasil e em muitos países da América Latina de processos democráticos verdadeiros, autênticos. Temos pouca experiência de viver democracia e acho que a avaliação é um rico elemento pedagógico para viver a democracia. Então, porque temos que receber avaliações prontas, que já foram arquitetadas, pensadas e elaboradas por outros, que serão comparativas, classificatórias e quantitativas, se nós podemos avaliar através de um processo



"A gratificação por produtividade é um elemento que a avaliação neoliberal usa para diferenciar pessoas"

democrático? Não tem como padronizar. Para a Unijuí, por exemplo, é importante ter um curso de graduação em língua *kaingang*. Isso está em algum parâmetro de avaliação? Mas é importante para aquela comunidade, para aquela região. A avaliação tem que contemplar as diversidades, porque a universidade é por excelência a multidiversidade. O que embasa a avaliação participativa é exatamente a vivência de democracia direta. A participação sempre gera conflito e trabalhar com esses conflitos é parte do processo.

Adverso - O que é a "tirania da participação"?

Denise | Quase tudo hoje é definido como democracia participativa. Essa questão é tão forte que o próprio Banco Mundial exige participação das pessoas nos projetos que financia. Ao abrir a internet a questão da participação aparece demais. Isso é chamado de "tirania da participação". Na maioria dos casos, as pessoas são

chamadas a participar, até dar uma opinião, mas não a dividir o poder, ou seja, a tomada de decisão. Elas não decidem para onde vai o dinheiro ou quais são efetivamente as reformas que devem ser feitas em detrimento de outras.

Adverso - Que relação direta tem o diálogo entre Rusga e Rabujo (página 21), onde se sugere que o mundo seja modificado sem que as coisas sejam alteradas, e a avaliação participativa?

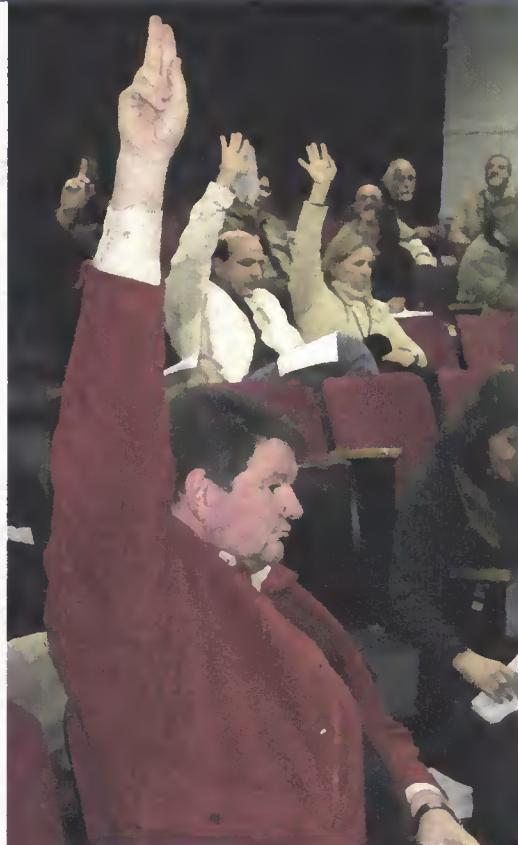
Denise | É mais fácil botar os alunos a responderem uma prova, do que se envolver com uma mudança dentro da universidade. Muitos concordam com a reforma, mas são tão atarefados que não teriam tempo para participar dela, aí acabam concordando com o Provão, porque o resultado já vem pronto.

Adverso - E esse pensamento é muito comum dentro da universidade?

Denise | Eu acho que sim. Uma das características do que eu chamo de desenho capitalista das universidades, a gratificação por produtividade, foi observada na Argentina. Aqui ela chegou um pouco depois, na greve de 98. Esse é um elemento que a avaliação neoliberal usa para diferenciar pessoas. Durante uma palestra na Argentina sobre o tema, um professor veio me dizer que a vida dele tinha melhorado depois da gratificação produtivista: "Se os outros não fazem, problema deles", disse. Passa a não existir mais um coletivo, a categoria se divide e surge um individualismo possessivo.

Adverso - A Ufrgs está hoje entre as cinco melhores universidades do País. A experiência de avaliação participativa incide diretamente nessa qualidade?

Denise | A Ufrgs está à frente desse processo no Brasil e isso, de uma certa forma, influencia diretamente na qualidade democrática e acadêmica. Hoje se tem um conjunto de informações sobre a Ufrgs que nunca antes se teve. A gente consegue enxergar a universidade, onde professores, estudantes e técnicos são protagonistas da avaliação.



Como era previsto, devido à polêmica que se formou em torno do surgimento do Fórum, a assembleia aconteceu em meio a um certo tumulto, com direito a insultos verbais por parte dos opositores. Diante da derrota iminente, o grupo contrário tentou, de inúmeras formas, desviar o foco da discussão, propondo debater os estatutos das entidades (local e nacional) e adiar a decisão sobre a filiação ao Proifes.

Os argumentos contrários eram o de que o Proifes seria um novo sindicato que faria frente à Andes, que teria sido fundado com apoio do Governo Federal e que acabaria por enfraquecer o Movimento Docente. Os favoráveis rebateram ao afirmar que o Fórum vem sendo apenas mais um espaço de discussão, que se concentra em tratar as questões específicas dos professores das Ifes, segundo eles, hoje pouco ou nada contempladas dentro da Andes.

A informação de que a Andes teve o registro sindical suspenso pelo Ministério do Trabalho supreendeu muitos dos presentes e destruiu o argumento de que o Proifes teria a pretensão de concorrer com a Andes, uma vez que sem o registro sindical a Andes não é, legalmente, um sindicato. A diretoria da Adufrgs informou que algumas ADs perderam ações na Justiça em decorrência da falta de registro sindical da Andes e alertou para o risco dessas decisões criarem jurisprudência.

PROIFES

Assembleia aprova filiação

Com 30 votos contra 19 e duas abstenções, a assembleia geral da Adufrgs, realizada no dia 22 de junho, deliberou pela filiação da entidade ao Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior (Proifes). A decisão eleva para seis o número de entidades filiadas ao Fórum, que já conta com o apoio das associações de docentes da UFMG (Belo Horizonte), Ufscar (São Carlos), UFG (Goiânia), UFPI (Teresina) e UFMS (Campo Grande).

A mesa acatou a proposta de discutir o assunto em assembleia posterior, assim como a realização de um plebiscito para decidir sobre uma possível desfiliação da Adufrgs à CUT.

O que é o Proifes

O Fórum surgiu no final do ano passado a partir de um grupo de professores descontente com a atuação da Andes nas negociações com o Governo Federal. Ao contrário da Andes, que por decisão de Congresso se retirou do debate sobre a Reforma Universitária, o Proifes tem participado ativamente do processo, porque acredita ser possível obter um projeto próximo do ideal. Seus dirigentes e filiados asseguram que não existe qualquer intenção do Fórum vir a se transformar em sindicato, uma vez que o objetivo é propiciar um espaço para discussão dos problemas diretamente relacionados aos docentes. O Proifes tem também ocupado uma cadeira na mesa de negociação do MEC, ao lado da Andes, onde defende uma série de reivindicações antigas dos professores como a extensão da integralidade da GED aos aposentados e a incorporação das gratificações, entre outras.

Campanha Salarial

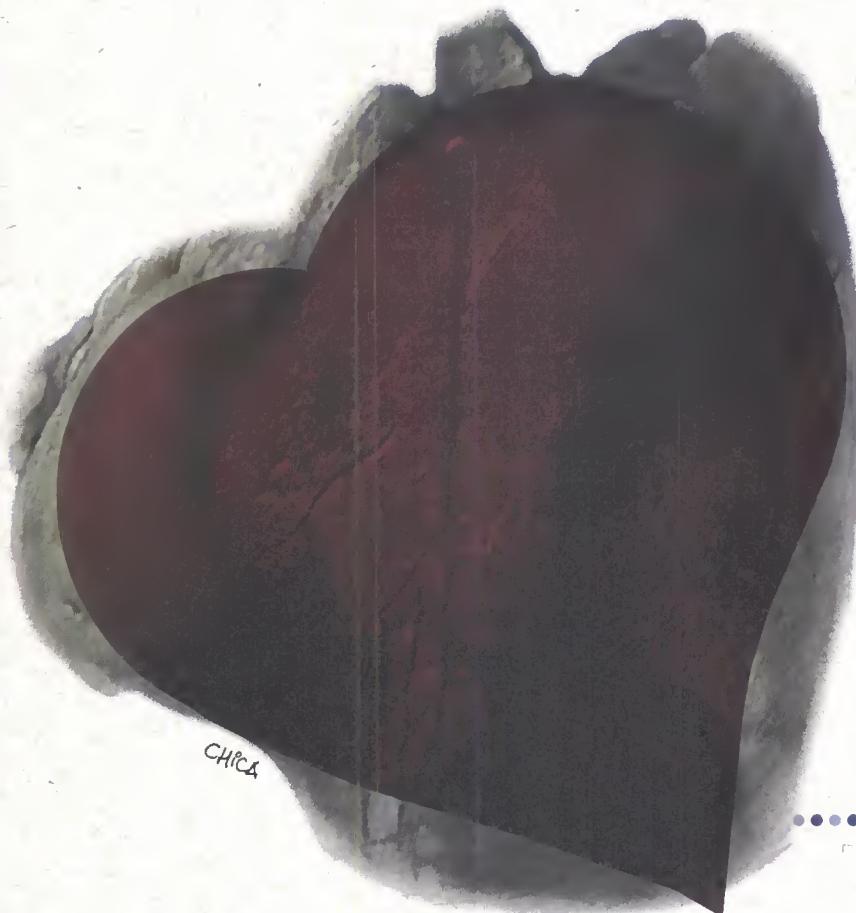
Ainda não existe uma proposta concreta do governo para reestruturação e melhoria das condições salariais dos docentes das Ifes. Mas segundo o presidente do Proifes, Gil Vicente Reis de Figueiredo,

o MEC já deixou claro que aceita as reivindicações de aumento, incentivo à titulação e incorporação de gratificações, bem como da vinculação da avaliação individual à progressão. Para o sindicalista "é importante registrar esse avanço que implica a reversão de mecanismos de reestruturação salarial através da criação de gratificações, criadas em governos anteriores".

Com relação à criação do professor associado, o MEC manifestou apoio à ideia que vem sendo defendida pelo Proifes, pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e pela Andes, sem entretanto, sinalizar prazos. Quanto à extensão da GED plena a aposentados e pensionistas a posição do MEC tem sido evasiva, segundo Gil Vicente. "É fundamental pressionar o MEC para que se comprometa com esta reivindicação, que visa corrigir uma injustiça inaceitável cometida pelo governo anterior", ressalta.

De acordo com Paulo Rizzo, primeiro vice-presidente da Andes, a pauta específica da entidade contempla basicamente a incorporação das gratificações, paridade entre ativos e aposentados, restabelecimento dos anuênios, realização de concursos para reposição de vagas docentes e reestruturação da carreira. Segundo Rizzo, o MEC não tem sinalizado para o atendimento das reivindicações ainda este ano, mas propõe um calendário de discussões. Ele informou que, embora sigam as negociações, não está descartada uma greve para o segundo semestre, um vez que várias ADs estão discutindo essa possibilidade e algumas já aprovaram a paralisação.

Lei de Biossegurança



Portas abertas para a cura de várias doenças

Pesquisas com células-tronco devem avançar muito com a Lei de Biossegurança, aprovada pela Câmara Federal em fevereiro deste ano. No entanto, cientistas e médicos alertam para o cuidado que a comunidade científica deve ter com relação a essas pesquisas e iniciam discussões sobre este avanço e seus limites éticos.

por Nara Branco

O geneticista e professor da Ufrgs, Francisco Salzano, um dos grandes da genética brasileira e um dos maiores especialistas do mundo em análise de DNA dos índios americanos, enumera alguns avanços que a nova lei apresenta em relação à anterior. Para Salzano, um dos aspectos mais positivos foi conceder à Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) o poder decisivo no que diz respeito à transgenia e às células-tronco. No entanto, ele alerta para o risco de ocorrerem atrasos e até impedimentos para a realização das pesquisas, porque existe um outro órgão que pode ser acionado para avaliar recursos de decisões da CTNBio: o Conselho Nacional de Biossegurança, que envolve representantes de diversos ministérios.

Nance Nardi, também geneticista e professora da Ufrgs, aplaude a aprovação da Lei de Biossegurança, mas com ressalvas. "A pesquisa precisa ser controlada pela ética, principalmente no que diz respeito às células-tronco embrionárias, já que com elas pode se fazer a clonagem humana", observa. Nance faz questão de ressaltar que trabalha com células-tronco de adultos que, segundo ela, vem mostrando um potencial de aplicação muito grande. "A célula-tronco embrionária pode vir a ultrapassar a célula-tronco de adultos, mas por enquanto ainda não temos uma certeza científica sobre isso", salienta.

Para Francisco Salzano, apesar do potencial da célula-tronco de adulto ser maior, ela não apresenta tanta versatilidade quanto à célula-tronco embrionária e frisa: "Não tenho qualquer problema éti-

co quanto a isso, até porque a própria Organização Mundial da Saúde (OMS) diz que o ser humano só adquire autonomia depois de estar fora do útero da mãe". Além disso, ele lembra que embriões congelados em clínicas e que serão jogados fora podem ser aproveitados para salvar vidas, exercendo um direito ético que vai de encontro à razão filosófica que impede a recuperação e utilização destes embriões.

Nance chama a atenção para um aspecto relevante nesta discussão: "Tem que se ter certeza que a célula-tronco embrionária não é tão auto-reprodutiva, como se sabe hoje, e pesquisar como trabalhá-la da melhor forma. Ao contrário, por ter essa característica, pode gerar tumores". Ela conclui sua análise dos benefícios que a lei traz, ressaltando a permissão concedida aos pesquisadores para trabalhar com células-tronco, e comemora informando que o governo federal já liberou R\$ 11 milhões para projetos de pesquisa nessa área. Porém, segundo a cientista, "a solução dos possíveis problemas que possam surgir com a aplicação destas células ainda é de longo prazo".

Os dois geneticistas destacam a pesquisa desenvolvida por dois cientistas sul-coreanos que apresentaram um trabalho recentemente em um congresso no Brasil. Um deles, o médico Woo-Sukhwan, descobriu linhagens de células-tronco que podem revolucionar a medicina. O objetivo é criar um banco mundial de células-tronco sob medida, ou seja, compatíveis com o receptor. Salzano destaca que se trata de clonagem de células-tronco, ou seja, a transferência nuclear das células. Apesar de aplaudida, a

Primeiras aplicações

Atualmente, Nance Nardi desenvolve um trabalho junto ao Laboratório de Hemodinâmica, no Instituto de Cardiologia, em Porto Alegre. São técnicas que utilizam o auto-transplante de células-tronco de adultos para corrigir lesões cardíacas graves. Segundo a geneticista, o trabalho consiste em fazer o isolamento de fração de células-tronco para posterior administração no paciente. "O Brasil está à frente na pesquisa com célula-tronco de adulto na aplicação em doenças cardíacas", comemora. Ela destaca que foi iniciado um estudo no Brasil, pioneiro no mundo, que visa incluir 1200 pacientes em um estudo controlado para saber o índice de aplicações terapêuticas de células-tronco que obtiveram sucesso. "Por enquanto não podemos avaliar", informa.

São três as técnicas de tratamento com célula-tronco de adultos utilizadas hoje por médicos no Instituto de Cardiologia. De acordo com o cardiologista Carlos Antonio Mascia Gottschall, coordenador do curso de pós-graduação da Fundação Universitária de Cardiologia, uma delas é a que utiliza o cateterismo. "A célula-tronco é retirada da bacia do

próprio paciente, isolada e depois, através de um cateter, reimplantada no local onde há o problema", explica. As outras duas técnicas usadas são a de implantação através de cirurgia, quando não é possível fazê-la por cateterismo, ou a injeção da célula na artéria.

Gottschall avalia que a terapia com célula-tronco, apesar de estar mostrando bons resultados, ainda é experimental. "São mais de 20 casos com esse tratamento, mas ainda não se sabe se a melhora será duradoura, uma vez que, no caso do coração, o resultado em termos funcionais só se apresenta a partir de seis meses do procedimento", considera. Ele aponta a necessidade de se fazer um estudo comparativo entre os pacientes que utilizaram célula-tronco no tratamento e aqueles que tiveram o tratamento tradicional. Para o cardiologista "a aprovação da Lei de Biossegurança é muito positiva porque vai permitir a abertura de uma linha de pesquisas com células embrionárias".

Rogério Sarmento Leite, cardiologista da equipe do Instituto do Coração que trabalha com aplicação de células-tronco, faz

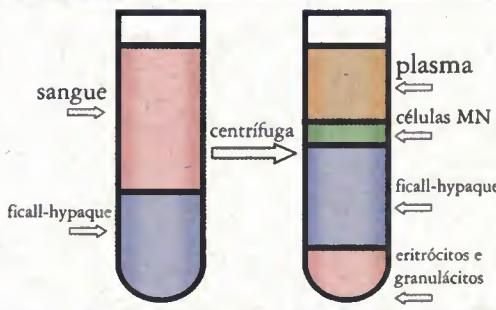
questão de frisar que "a técnica é muito promissora, mas que é preciso muito cuidado e muita crítica, pois ainda estamos começando". Sarmento Leite informa que existem muitos protocolos de pesquisa aguardando respostas de agências de fomento, porque são necessários mais recursos financeiros para se fazer estes estudos.

Um caso que beira o sucesso

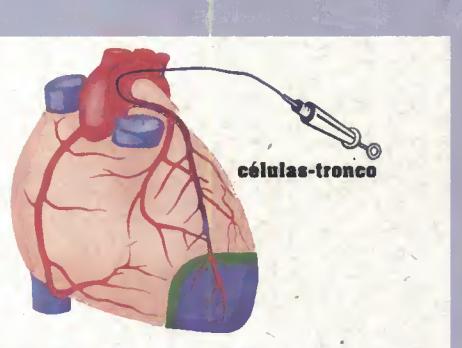
O primeiro paciente a ser submetido ao tratamento com células-tronco no Instituto de Cardiologia, Valdemiro Chitolina, de 62 anos, comemora uma melhora significativa. Portador de lesão cardíaca grave, ele conta que passou por uma cirurgia de ponte safena, mas continuou sentindo-se mal, tanto que não conseguia sequer caminhar devido à falta de ar provocada pelo esforço. Só depois da aplicação de célula-tronco no coração, em dezembro do ano passado, começou a melhorar. "Hoje me sinto outra pessoa, a respiração melhorou e minha vida voltou ao normal", diz Valdomiro, que mora em São Luiz Gonzaga e agora está na fase de revisão.



1. Retirada da medula



2. Isolamento da célula-tronco



3. Reimplante da célula-tronco

técnica não é permitida no Brasil, pela própria lei de Biossegurança. "O trabalho apresentado mostrou resultados muito convincentes", comenta Salzano.

A visão da Igreja

Em junho, o Papa Bento XVI conclamou o povo italiano a boicotar um plebiscito sobre a lei de reprodução assistida e teve

sucesso, já que o referendo fracassou por falta de quórum, estipulado em, no mínimo, 50% dos votantes. Para Francisco Salzano, o fato revela um retrocesso até da própria Igreja, já que, na Idade Média, o indivíduo só era considerado ser humano após o nascimento. Nance avalia que a Igreja tem todo o direito de intervir nos rumos da sociedade, mas a liberdade desta instituição é questionável em relação à pesquisa. "O mínimo que precisamos ser é éticos", conclui.

ÁGUA

RECICLAR

para não faltar



O invento rendeu ao LTM/Ufrgs o prêmio Finep de Inovação Tecnológica 2004 - Região Sul, na categoria Instituição.

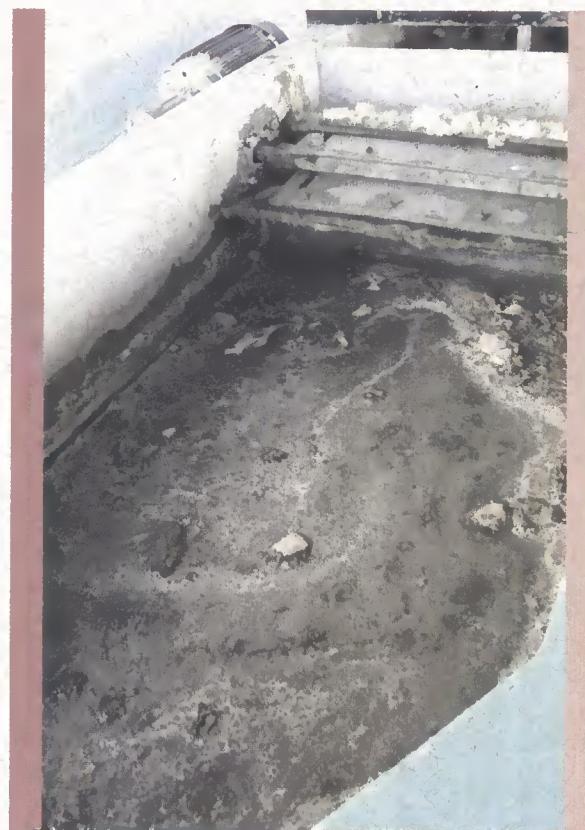
A técnica, segundo o professor Jorge Rubio, coordenador do Laboratório de Tecnologia Mineral e Ambiental do Departamento de Engenharia de Minas da Ufrgs (LTM/Ufrgs), vem sendo utilizada na lavagem de ônibus de algumas empresas da Capital e Região Metropolitana, de aviões da Varig e de caminhões de lixo na cidade de Novo Hamburgo. Além de contribuir para a preservação ambiental, a prática propicia uma redução nos gastos com água de aproximadamente 80%, resultado tentador para o empresariado. O próximo alvo do projeto são os postos de gasolina, onde se gasta, em média, 300 litros de água para lavar cada veículo.

O trabalho da equipe do LTM/Ufrgs durou 18 meses e resultou em um equipamento que alia praticidade e economia, elaborado em parceria com a Aquaflot Industrial Ltda. Até agora foram desenvolvidos três modelos de tamanhos diferentes, com preços que variam de R\$ 30 mil a R\$ 55 mil. Segundo cálculos dos pesquisadores, empresas maiores teriam o retorno do investimen-

to em aproximadamente quatro meses de uso, enquanto que as de menor porte esperariam cerca de um ano para contabilizar os benefícios financeiros. Há ainda o marketing positivo ao se levantar uma bandeira ecológica, o que também deve ser colocado no pacote de vantagens, observa Rubio.

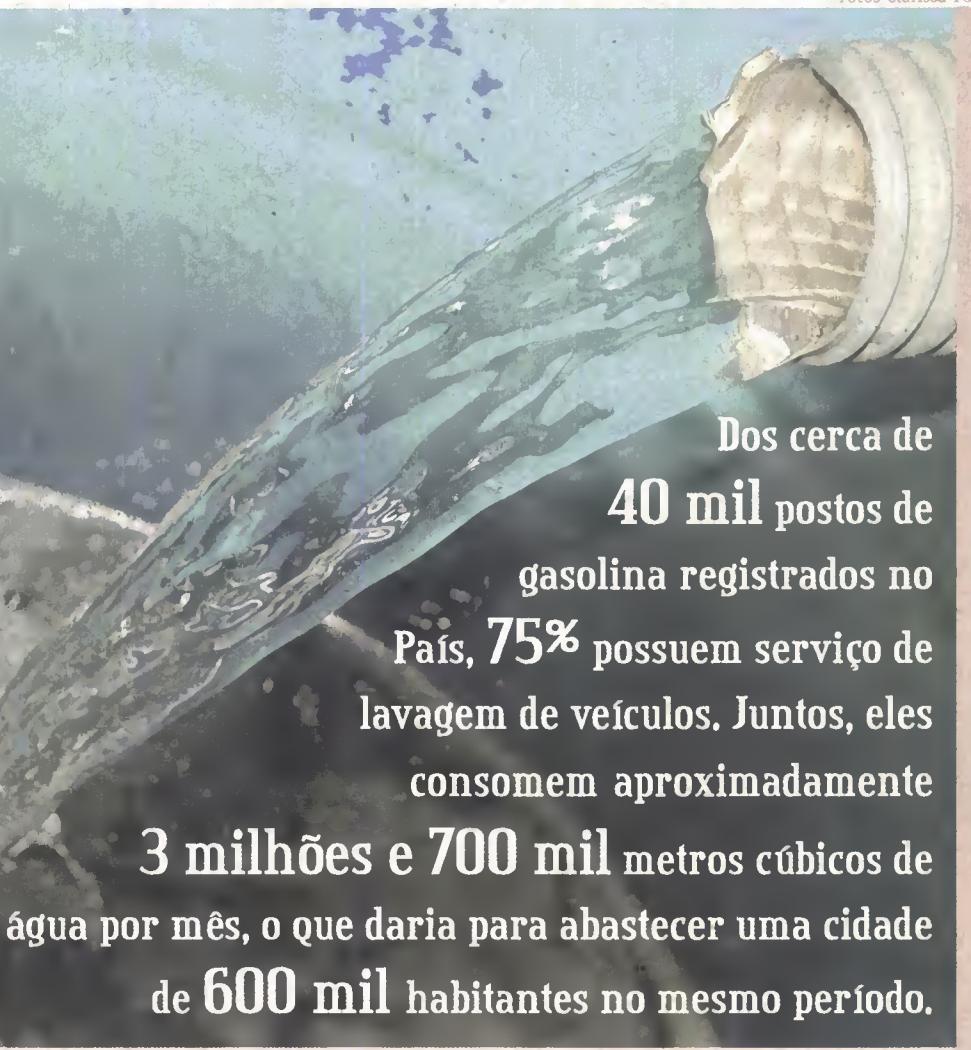
De acordo com o coordenador do LTM/Ufrgs, o invento representa uma inovação no tratamento e reutilização de águas de efluentes líquidos urbanos e industriais e até agora não se tem conhecimento da existência de processo similar no mercado. Por se tratar de um equipamento inovador, pode haver a necessidade futura de um aprimoramento para uso em escala industrial e pelo fato de empregar um produto químico floculante (que promove a coagulação), sua eficiência depende das características da água a ser tratada. A máquina separa e remove mais de 90% dos resíduos sólidos (no caso do setor em que vem sendo utilizada, estes seriam basicamente óleos e graxas), segundo seus idealizadores.

Imagina poder usar novamente, por indefinidas vezes, a água que se usa na lavagem de veículos, por exemplo. Seria uma significativa ajuda na luta para evitar o iminente colapso de água no planeta, que promete ser o pivô de futuras guerras na história da humanidade. Pois no Rio Grande do Sul, graças ao trabalho de pesquisadores da Ufrgs, já é possível reutilizar a água e gerar uma economia substancial.



Resíduos sólidos: equipamento remove e separa mais de 90%

Fotos Clarissa Pont



Dos cerca de 40 mil postos de gasolina registrados no País, 75% possuem serviço de lavagem de veículos. Juntos, eles consomem aproximadamente 3 milhões e 700 mil metros cúbicos de água por mês, o que daria para abastecer uma cidade de 600 mil habitantes no mesmo período.

OUTROS USOS

Flotadores em desenvolvimento vêm sendo utilizados no tratamento de águas residuárias municipais, mediante integração de unidades biológicas com flotação e oxidação. O objetivo é adequar a qualidade dos esgotos tratados às exigências ambientais, prevenir a eutroficação de recursos hídricos (aumento excessivo de nutrientes na água) e encontrar fontes alternativas de água. O LTM/Ufrgs, em parceria com o IPH/Ufrgs, deve aplicar os processos desenvolvidos em uma estação de tratamento dos esgotos da própria universidade, o que pode servir de modelo para o setor de saneamento.

Atualmente, o LTM/Ufrgs desenvolve também um outro equipamento de flotação, desta vez tendo como parceira a Petrobras, que facilitará a remo-

ção de óleo nas plataformas marítimas e promete ser de grande utilidade nos casos de acidentes ambientais em que há derramamento de substâncias oleosas e metais pesados na água. A idéia tem como base o uso de biomassas secas de plantas aquáticas, que muitas vezes, devido ao crescimento exagerado, prejudicam a navegação nos rios e alteram o ecossistema aquático.

Após a coleta e secagem, a biomassa pode ser preparada como "adsorvente" para reter metais pesados, óleos e outros compostos orgânicos a um preço mais baixo e com eficiência superior a de muitos materiais importados empregados atualmente. Esse novo projeto vem sendo desenvolvido em parceria com a Alencastro, Kallfelz & Cia Ltda.

ACONTECE

Danças circulares



Findhorn Foundation

No dia 21 de junho, o projeto "Prazer por Viver", da Pró-Reitoria de Recursos Humanos, promoveu uma atividade de Danças Circulares, prática que ajuda a trabalhar a coordenação motora, atenção, lateralidade, concentração, ritmo e vivência do próprio centro, atuando como um antídoto ao estresse e à depressão. O projeto é dirigido a servidores ativos e inativos e visa melhorar as relações no ambiente de trabalho. As atividades acontecem sempre às terças e quintas, de 12h30min às 13h30min, no 2º andar do prédio da Reitoria. Informações pelo telefone 3316-3914.

Cinema japonês

O Cinema Universitário da Ufrgs, Campus Central, exibe de 4 a 8 de julho o filme "Zatoichi" (Japão/2003), do conhecido diretor japonês Takeshi Kitano. As sessões acontecem sempre às 18h30min, na Sala Redenção, sendo que a do dia 5 será acompanhada de debate. O objetivo é promover uma discussão interdisciplinar e, partindo da exibição de um filme, estimular a análise crítica diante de temas polêmicos.

Este espaço foi criado para mostrar o cotidiano nos campi da Ufrgs e os trabalhos desenvolvidos por pesquisadores na universidade.

Envie sugestões de temas e questões que envolvam a comunidade universitária

REFORMA DO ENSINO SUPERIOR

Embora tenha atendido a várias reivindicações da sociedade, a segunda versão do anteprojeto de reforma do ensino superior ainda está longe do ideal. Para os movimentos de esquerda, o governo afrouxou as regras com relação às instituições privadas e recuou no que diz respeito às cotas étnicas. Alterações à parte, o fato é que o financiamento das universidades federais continua insuficiente, o que impossibilitaria, caso o projeto seja aprovado como está, a expansão da educação superior pública no País.

Projeto continua em disputa

por Maricélia Pinheiro

Ainda este ano o projeto de Reforma Universitária deve chegar ao Congresso Nacional. Essa é a previsão do Governo Federal, que ao longo do mês de junho recebeu novas propostas de alteração, com base na segunda versão lançada no dia 30 de maio. No geral, o segundo texto foi elogiado, mas também recebeu severas críticas, principalmente quando se trata do controle da rede privada e do percentual a ser aplicado nas universidades públicas. Uma boa novidade é a criação de ouvidorias nas universidades, com as composições escolhidas diretamente pela comunidade universitária.

Especialistas em educação superior afirmaram que houve avanços na segunda versão do anteprojeto. Para o presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Ennio Candotti, as críticas feitas à primeira versão tiveram "efeito", pois o texto "avançou na autonomia das universidades e no redesenho do financiamento das federais".

A representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Ana Lúcia Gazzola, mostrou-se surpresa com "a compreensão do MEC em incorporar as sugestões apresentadas". Durante debate na Ufrgs no mês de junho, o reitor José Carlos Hennemann avaliou que a segunda versão mudou muito em relação à primeira, principalmente quanto ao crescimento das universidades, ao financiamento e às ações afirmativas.

Financiamento

De acordo com a comissão da Aduf� que analisa o projeto da Reforma Universitária, a nova proposta ficou um pouco

melhor do que a primeira, na medida que retirou a complementação da União ao Fundo Nacional de Educação Básica (Fundeb) do montante destinado às Ifes. No entanto, o fato de manter o percentual mínimo de 18% da receita oriunda dos impostos torna inviável a manutenção e ampliação, uma vez que, atualmente, o governo já gasta mais do que está previsto no anteprojeto.

Entre as propostas enviadas pela comissão da Adufrs estavam a isenção dos recursos do MEC do desconto da Desvinculação dos Recursos da União (DRU); percentual calculado sobre o PIB ou sobre a receita bruta da União; ou ainda o aumento do percentual, já que os 18% é o mínimo previsto pela Constituição Federal. Pelo atual texto, as verbas que serão acrescidas ao orçamento atual serão divididas de acordo com a produção universitária, com base nas decisões de um conselho formado por representantes dos dirigentes das universidades e do MEC.

Autonomia

Ter liberdade para definir onde as verbas serão aplicadas e poder dispor do patrimônio para investir na universidade é um grande avanço do anteprojeto, que prevê autonomia financeira, patrimonial, de pessoal, orçamentária e acadêmica. Isso possibilita, por exemplo, que a direção central abra concursos para novas contratações quando julgar necessário, não dependendo mais de autorização do Governo Federal. Mas vale lembrar que para tornar essa autonomia viável é preciso incrementar os recursos.

A comissão critica a centralização do poder regulador da União e sugere que este seja dividido com estados e municípios.

Outra questão complicada é o fato da avaliação das Ifes ser feita pelo próprio Governo Federal, que passa a ser avaliador e avaliado ao mesmo tempo. Para eles, essa função deveria ser repassada a associações científicas independentes.

As fundações, que haviam desaparecido na primeira versão, ressurgem agora na segunda, desta vez controladas pela universidade. Atualmente, as fundações têm a função de encurtar o caminho entre os projetos e as verbas para execução, ou seja, são usadas para driblar a burocracia do serviço público.

Democratização do acesso

O novo texto da Reforma Universitária estabelece que até 2011, 40% das matrículas no ensino superior devem estar concentradas no setor público, conforme prevê o Plano Nacional de Educação (PNE). Atualmente, as Ifes detêm 29% das vagas oferecidas. Sobre os cursos noturnos, o MEC fixou que as federais deverão oferecer pelo menos um terço de seus cursos e matrículas de graduação à noite. Hoje quase 36% das matrículas na rede pública de ensino superior são de cursos noturnos, mas há concentração das vagas nas regiões Sul e Sudeste e em algumas áreas, como licenciatura.

A segunda versão prevê que até 2015, 50% das vagas em todos os cursos e turnos sejam destinadas a "estudantes egressos integralmente do ensino médio público, respeitada a proporção regional de segmentos sociais, étnicos-raciais ou historicamente prejudicados". Ou seja, cada universidade define o percentual que será destinado a afrodescendentes e índios de acordo com a percentagem dessas etnias na população. Essa alteração foi criticada por representantes de movimentos sociais, que reivindicam a volta do modelo de cotas presente no documento inicial e questionam o prazo de 10 anos para que as metas sejam atingidas.

Controle das privadas

Pressionado, o governo recuou e diminuiu as exigências com relação às instituições privadas. No que diz respeito à titulação, por exemplo, o novo texto determina que 50% do quadro docente seja composto por mestres ou doutores, sendo que metade desse percentual deve ser de doutores. Para a comissão da Adufrgs, a gestão ficou menos democrática, na medida que o reitor não precisa ser eleito pela comunidade, assim como o pró-reitor acadêmico.

Representantes do setor privado têm criticado a manutenção do conselho social, sob o argumento de que este acabará exercendo a função de fiscalizador e não apenas de consultor. O novo documento mantém a limitação em 30% da participação estrangeira no capital total e votante das mantenedoras.

Ciclo Básico

No que se trata do chamado Ciclo Básico, o fato de não mais condicionar a adoção do modelo à soma de pontos na avaliação institucional é visto como positivo, mas a comissão da Adufrgs avalia que o artigo fere a autonomia universitária, quando define a forma de organização do Ciclo Básico.

Outra crítica diz respeito à recomendação de que as Ifes devem oferecer reforço da educação básica, o que, de uma certa forma, desobrigaria o governo de promover melhorias no ensino básico público, jogando a responsabilidade do nivelamento para a universidade.

Assistência Estudantil

O tema é tratado de forma mais clara e ampla na segunda versão. Para Gustavo Petta, presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), o texto avançou em relação às sugestões apresentadas. "Conseguimos incluir pontos importantes como o que define 5% dos recursos das universidades para a assistência estudantil, a ampliação do prazo do anúncio de aumento das mensalidades para 120 dias e a exigência de que ao menos um terço dos cursos seja realizado no período noturno", declarou.

Tipologias das instituições

Um ponto conflitante detectado pela comissão da Adufrgs diz respeito à tipologia das instituições e dos cursos. Segundo os professores que trabalham na análise, não há clareza quanto às funções e objetivos de cada uma delas, definidas como Centro Universitário, Universidade, Faculdade e Instituto de Educação Superior. Os centros universitários, por exemplo, são estruturas pluridisciplinares, mas paradoxalmente só poderão criar cursos no mesmo campo do saber. Além disso, a autonomia para fixar o número de vagas em seus cursos de graduação, sem que, no processo avaliativo possa-se verificar a capacidade de infraestrutura e de pessoal, pode gerar problemas imediatos de redução de qualidade.

O texto também não explicita as diferenças entre os cursos de formação tecnológica, bacharelado, licenciatura e cursos de formação continuada. Para a comissão, o primeiro se confunde com o último. Os professores ressaltam a importância de definir essa questão devido à realidade de expansão do ensino superior.

Outro problema diz respeito aos chamados cursos sequenciais, que atualmente são considerados de nível superior (embora não sejam graduação), duram em média dois anos e são direcionados a profissionais autodidatas que já estão no mercado de trabalho e desejam uma formação sistematizada. O anteprojeto, segundo a comissão, transforma esses cursos em cursos de formação continuada, sem direito a diploma. Com isso, avaliam, a universidade deixa de cumprir função social importante.

FÓRUM SOCIAL MEDITERRÂNEO

Europa debate suas chagas e seu futuro

Realizado em Barcelona, de 16 a 19 de junho último, o 1º Fórum Social Mediterrâneo (FSMed) reuniu um conjunto de forças políticas e de movimentos sociais numa das regiões mais conflagradas do planeta. Conflitos decorrentes de ocupações militares, de sociedades patriarcais fechadas, da imigração, onda de rejeição à proposta da Constituição Européia, há tensões de todos os tipos e graduação. Foi um Fórum menos consistente que o Fórum Social Europeu, mas nele pôde-se observar um passo importante para a constituição de forças políticas novas, num dos portos de entrada da Europa, via África setentrional e Oriente Médio, da miséria residual do neoliberalismo.

por Katarina Peixoto
mestranda em Filosofia na Ufrgs
enviada especial a Barcelona pela Agência Carta Maior

Três representações distintas se destacaram no Fórum: o feminismo palestino e marroquino, a luta dos imigrantes ilegais e a esquerda européia, solidária ao “não” francês à proposta de Constituição Européia. Na Praça Espanha, onde ocorreu o encontro, a presença de mulheres muçulmanas aparecia como uma forte característica do Fórum: os conflitos decorrentes do patriarcalismo, que começam a encontrar resistência nas sociedades árabes. Entre as feministas, as combativas palestinas do *Women Against the War* (WAW) e o marroquino Movimento Justiça e Espiritualidade, cuja dirigente, forte quadro político da oposição ao regime de Mohamed VI, Nadia Yassin, foi proibida de sair do país para ir ao 1º FSMed.

A representante palestina do WAW, Aida Touman, apresentou um quadro desolador da luta das mulheres nos territórios ocupados por Israel. Denunciou a situação de precariedade das condições de vida das mulheres, cujos maridos são assassinados ou presos pelo exército israelense, e que se vêem, numa sociedade fortemente patriarcal, na condição de arrimo de família, sem condições de trabalho, principalmente diante da construção do Muro de “Segurança” erguido pelo premiê israelense Ariel Sharon, que está a separar famílias inteiras, além de impossibilitar o acesso a escolas e a locais antes de trabalho. As dificuldades que o Muro do “apartheid” (como vem sendo chamado pelo movimento altermundista) tem gerado são comprometedoras para o futuro das mulheres na Palestina. “Hoje, há muitas meninas que não podem mais ir à escola, porque entre suas casas e a escola está o muro, pelo qual sua passagem é interdita. As consequências disso, no futuro, serão muito nocivas”, disse Aida.

Segundo a ONU, há oficialmente no mundo 140 milhões de pessoas em condições de imigrantes e refugiados, em vários países. Esse número, porém, não leva em conta os imigrantes ilegais, “sem papel”, que formam a paisagem demográfica da po-

breza extrema e do mundo precarizado do trabalho nos países e regiões européias. No 1º FSMed, os imigrantes ilegais foram representados por organizações de direitos humanos, que denunciaram os “centros de reclusão dos imigrantes ilegais” nos países mediterrâneos, onde o tratamento daqueles que são “pegos” pelas polícias de imigração é marcado pelo desrespeito aos direitos humanos, com “direito”, inclusive, a expedientes de tortura. Tornados como criminosos, quando aprisionados, os imigrantes ilegais seguem assegurando mão-de-obra barata na Europa.

A terceira representação, fortemente articulada no 1º FSMed, é formada pela esquerda partidária européia e as redes altermundistas, ligadas tanto a partidos como a movimentos sociais. Inspirados pelas recusas francesa e holandesa à proposta da Constituição Européia, reabriram o debate sobre a União Européia, em crise deflagrada, desde o último dia 30 de maio, quando do referendo francês e que culminou no desastroso encontro para debate orçamentário da UE, no dia 17 de junho, em Bruxelas. Celebrando a “volta da política às ruas”, na Europa, a esquerda européia começa a preparar uma conferência continental para defender uma união centrada na política e nos direitos sociais, e não apenas na lógica comercial, segundo eles, hoje impiedosa no atual tratado recusado por franceses e holandeses.

“A França continua a nos ensinar como proceder, em política”, disse um dirigente sindical da Esquerda Unida, frente da esquerda partidária espanhola, durante uma das assembléias de balanço do “não” e da crise da UE. Esse clima político constituiu um dos momentos altos do 1º FSMed que, se ainda tem muito o que caminhar, em termos de consistência política, já deu um passo promissor, com o próprio encontro e com as agendas que dele podem ser abertas.

UNIÃO EUROPEIA

A Europa que diz não

O sentido do "não" francês e holandês à proposta de Tratado Constitucional para o bloco europeu é ele mesmo tema de uma acirrada disputa política. No centro deste debate está o próprio conceito de Europa.

por Marco Aurélio Weissheimer

Dia 23 de junho de 2005, sede do Parlamento europeu, em Bruxelas. O primeiro-ministro britânico, Tony Blair, discursa para os parlamentares europeus sobre a situação política da União Européia, abalada pela vitória do "não" à proposta do Tratado Constitucional, em plebiscitos realizados na França e na Holanda. Segundo Blair, a UE enfrenta uma "crise de liderança política" e precisa mudar para recuperar apoio. Mas as mudanças defendidas por Blair figuram justamente entre as razões que influenciaram a decisão de franceses e holandeses: maior desregulamentação das economias nacionais, abertura de mercados, flexibilização de direitos sociais.

Há interesses econômicos concretos separando as principais potências econômicas europeias e projetos de Europa distintos entre as forças políticas dos vários países que compõem o bloco. Para começar, a agenda de reformas liberais proposta pela Inglaterra conta desde já com a oposição da França e da Alemanha, um obstáculo nada desprezível, como reconheceu o próprio presidente da Comissão Européia, o português José Manuel Durão Barroso, para quem um acordo entre esses países é vital para evitar a paralisação do bloco. Um dos desacordos pontuais diz respeito a uma questão que está longe de ser um detalhe: o orçamento da UE. A última reunião de cúpula do bloco fracassou depois que a Grã-Bretanha se recusou a abrir mão do reembolso de 3 bilhões de libras (cerca de R\$ 13 bilhões), que recebe de parte de suas contribuições ao orçamento da União Européia.

Para mudar sua posição, o governo britânico exigiu a revisão do sistema de subsídios aos produtores agrícolas da União Européia, reivindicação rejeitada pela França. O pano de fundo dessas divergências está relacionado ao modelo de unificação pretendido para a Europa. Blair disse em Bruxelas que o debate sobre o futuro do bloco está sendo falsamente apresentado como um confronto entre uma Europa do livre mercado e uma Europa preocupada com questões sociais. Garantindo não ter planos de enterrar o modelo de bem-estar social europeu, Blair perguntou aos parlamentares como o continente vai resolver o problema de 20 milhões de desempregados. Em outras palavras, estava defendendo a necessidade de a Europa se tornar mais competitiva, o que exigiria desregulamentação das economias

nacionais e flexibilização de direitos sociais e trabalhistas.

Na direção contrária a de Blair, que considera falsa a oposição entre Europa do mercado e Europa social, a esquerda europeia e os movimentos sociais solidários ao "não" francês estão preparando uma grande conferência continental para debater o sentido da recusa à Constituição Européia. Marcada para o início de novembro deste ano, a conferência debaterá em que medida o "não" significa "sim" a uma outra Europa, uma Europa que privilegie os direitos sociais. "Podem dizer o que quiserem, podem querer reduzir o que aconteceu na França a um debate puramente nacional. Mas o que está ocorrendo, na realidade, é o retorno da política às ruas", disse o italiano Marco Berlinguer, diretor da rede europeia *Transform*, que reúne um conjunto de organizações de esquerda. Na mesma linha, o jornalista Ignácio Ramonet, do jornal *Le Monde Diplomatique*, sustentou que o "não" francês significa que a França pode estar recuperando "sua vocação histórica para a política".

Para os dirigentes da esquerda europeia que se opõe à atual proposta de Constituição, o que está em jogo é o conceito da Europa e não a política interna de seus países. O que está em jogo é uma idéia de Europa que desempenhe um papel protagonista no tabuleiro geopolítico internacional, capaz de resistir aos interesses hegemônicos dos Estados Unidos. Além disso, o que está em jogo é a defesa de uma Europa que não tenha suas finanças públicas enfraquecidas ao custo da aceitação de um modelo econômico que ataca os direitos sociais e trabalhistas e os serviços públicos de modo geral.

Serge Halimi, também do *Le Monde Diplomatique*, lembra que até aqui a construção da Europa tem sido um processo de elite com raízes superficiais. "Na França, um amplo comparecimento às urnas (70%) lidou com o projeto constitucional com seriedade e paixão", assinala Halimi, fazendo uma previsão sobre o futuro: "É provável que muitos políticos em Paris e Bruxelas estejam lamentando essa onda de democracia. Mas são poucas as chances de um eleitorado informado mudar de idéia, agora que entendeu os vínculos entre a devastação social em seu próprio país e as políticas neoliberais que se espalham sob o véu da unificação europeia".

Neonazismo

As diversas formas da herança de Hitler

Fernando C. Cotanda

Doutor em Sociologia, Chefe do Departamento de Sociologia do IFCH/Ufrgs



Diferente do nazismo que remete a uma experiência histórica localizada e singular, os atuais grupamentos neonazistas apresentam-se de forma plural, com diferenças entre eles na pauta política, nas formas de organização e atuação. Isso ocorre, sobretudo, porque o resgate do nazismo – que se dá de forma mais intensa nos anos 80 – é feito a partir de diversas partes do mundo e a singularidade de cada formação social contribui na modelagem dessas organizações.

Ainda que não haja homogeneidade nas práticas dos diversos grupos neonazistas, algumas características lhes são comuns, notadamente, a inclinação autoritária, o nacionalismo, a xenofobia, o ódio racial, a aversão aos homossexuais, aos punks e aos grupamentos de esquerda.

O nazismo surgiu na Alemanha pós 1ª Grande Guerra Mundial, em meio a uma forte crise social e econômica e ao temor de distintos setores sociais frente ao crescimento dos movimentos de esquerda. Sob a liderança de Adolf Hitler, o Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães promoveu a exaltação da violência, o antiliberalismo e o anticomunismo como resposta à crise. Posicionaram os judeus,

bolcheviques e o capitalismo internacional como ameaça aos alemães e à raça ariana.

Em *Mein Kampf* (1936), Hitler apresenta o povo alemão não só como o mais puro da raça ariana mas como o expoente da evolução humana, destinado a dominar e conduzir todas as demais “raças” e exterminar aquelas degeneradas e parasitárias. O forte carisma de Hitler e o oportunismo político em meio à crise social levaram o Partido Nacional Socialista ao poder. Uma vez no poder, instauraram um Estado policial baseado no terror, com doutrinação constante e uso político dos meios de comunicação de massa. As forças do país foram canalizadas para a edificação de máquina militar destinada a conquista da Europa. O desfecho deste caminho, a 2ª Grande Guerra Mundial e suas consequências para milhões de seres humanos, é amplamente conhecido.

É comum aos diferentes grupos neonazistas a promoção do “revisionismo” e do “negacionismo” da história. A historiografia consagrada sobre a 2ª Guerra Mundial é revisada, e no limite, negada. Os crimes do 3º Reich contra a humanidade, o número de pessoas assassinadas, as técnicas usadas no extermínio, os locais

dos campos de morte e a existência das câmaras de gás, dentre outros acontecimentos, são postos em dúvida. Revisãoismo ou negacionismo, em todos os casos se está diante da banalização ou falsificação do relato histórico.

O ressurgimento do nazismo e de outras manifestações da extrema-direita nos países ocidentais está relacionado às profundas transformações sociais, econômicas e políticas, iniciadas nos anos 70 do século 20. Dentre elas destacam-se o declínio da prosperidade do padrão fordista de desenvolvimento, a reestruturação produtiva, o fortalecimento da agenda política neoliberal, o término da Guerra Fria e as incertezas ligadas à mundialização da economia. Como consequência, assistimos a uma crescente insegurança social que atinge imensas camadas da população excluída do mercado de trabalho, milhões de desempregados, além do trabalho precário e do desmonte da proteção social. Via de regra, esses processos sociais são reificados e vivenciados no cotidiano como a “sobrevivência dos capazes”, dos “qualificados”.

Esse ambiente propicia e torna atrativo o discurso que aponta os estrangeiros, os pobres, e os “diferentes” de uma

No dia 9 de junho, o jornal Folha de São Paulo noticiou a existência de organizações neonazistas no âmbito universitário. Segundo o periódico, um aluno do curso de Ciências Atuariais da Ufrgs, que concorreu à presidência do Diretório Central dos Estudantes (DCE), estaria sendo investigado pela universidade por disseminação do anti-semitismo. E mais, haveria provas de que o estudante tinha a intenção de usar o DCE para ajudar a financiar o clandestino Partido Nacional-Socialista Brasileiro. O jornal informou também que a atuação de grupos neonazistas no Rio Grande do Sul vem sendo apurada pela polícia gaúcha há dois anos. Em maio, foram indiciados e presos quatro rapazes suspeitos de esfaquear três judeus. Nas casas deles, a polícia encontrou cartilhas, reproduções de fotos de Adolf Hitler e uma bandeira nazista. Inúmeros casos como esses vêm sendo registrados em todo o Brasil. Para analisar o latente ressurgimento do nazismo, o jornal Adverso Sociologia do IFCH/Ufrgs, Fernando Cotanda.

maneira geral, como culpados pela insegurança, desemprego e falta de coesão social. O espaço virtual da Internet também vem contribuindo significativamente para conferir maior visibilidade às propostas neonazistas. Na internet é possível encontrar transmissões de rádio, textos, chats, Ircs, videoclipes, MP3, com conteúdo neonazista, assim como o "e-comércio" de seus produtos. Há também divulgação de grupos musicais com orientação explicitamente neonazista como "Nazi techno", "Gestapo band", "Arisches band", dentre outras.

Um exame superficial e você estará diante de diálogos e textos repletos de ódio racial e intolerância. Não é incomum encontrar citações de pensadores como Georg Orwell, Trotsky, Nietzsche, Goethe, Paulo Francis, Santo Agostinho, dentre outros, utilizadas de maneira grotesca para conferir autoridade e notabilidade a seus enunciados.

Convém destacar que existem inúmeros grupamentos, inclusive partidos, que embora sejam considerados de extrema-direita possuem bases doutrinárias distintas dos neonazistas, a exemplo da Ku Klux Klan ou da Sociedade Brasileira Tradição Família e Propriedade (TFP). No Brasil, a ação organizada de grupos de extrema direita



não é nova.

As atuações de grupos como a Ação Integralista Brasileira (AIB), a TFP, o Comando de Caça aos Comunistas (CCC), a Aliança Anti-comunista (AAA), a Falange Pátria Nova (FPN), dentre outros, são exemplares.

Os grupos neonazistas atuam no Brasil desde os anos 80, sendo mais conhecidos os "Carcas", os "Skinhead", e o grupo "White Power". Em São Paulo, os "Carcas do ABC" e os "Carcas do Subúrbio" inúmeras vezes chegaram às manchetes de jornais por promoverem ataques aos nordestinos, vistos por eles como os responsáveis, juntamente com o liberalismo e o comunismo, pela crise de desemprego. Os grupos neonazistas estão presentes em todas as grandes cidades brasilei-

ras, bem como ocupando espaço na internet em português, promovendo o nacionalismo, a xenofobia e o ódio racial.

Acreditava-se que o nazismo era um fenômeno social de difícil exportação, e que ficaria confinado à experiência histórica da 2ª Grande Guerra Mundial. Entretanto, condicionado por um novo ambiente produzido pelas grandes mudanças que experimentamos nas últimas décadas, ele é resignificado, ganhando novas feições e novos veículos de propagação. É certo que são pequenos grupos, com pouca expressão, mas estão ativos.

Contra a intolerância nazista é imperativo evitar o silêncio diante de fatos agressivos à convivência e que pretendam se sobrepor ao diálogo e à negociação dos interesses. Em todos os espaços de convivência pública é vital fortalecer e aprofundar a democracia.

Toda a ação do poder público e da sociedade civil que objetiva fazer frente a estes grupos deve procurar melhor conhecer e levar em conta os elementos motivadores do engajamento, em particular dos jovens, nesses movimentos. Portanto, está em questão não só o conhecimento dos fatores estruturais que criam as condições favoráveis para o seu aparecimento, mas também dos fatores contingentes como, por exemplo, o sentido que os integrantes dos grupos atribuem a suas ações. O que aparentemente é óbvio e trivial deveria ser, em verdade, objeto de estudo.

BALANCETES – VALORES MENSAIS - 2005

RUBRICAS / MESES	MAR
ATIVO	2.661.857,46
FINANCIERO	2.370.735,48
DISPONÍVEL	482.188,74
CAIXA	1.690,08
BANCOS	13.460,99
APLICAÇÕES C/LIQUIDEZ IMEDIATA	467.037,67
REALIZÁVEL	1.888.546,74
APLICAÇÕES FINANCEIRAS CURTO PRAZO	1.830.576,85
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.830.576,85
ADIANTAMENTOS	5.541,36
ADIANTAMENTOS A FUNCIONÁRIOS	5.541,36
OUTROS CRÉDITOS	52.183,15
OUTROS DEVEDORES OU CRÉDITO	52.183,15
DESPESAS DE EXERCÍCIOS SEGUINTE	245,38
PRÉMIOS DE SEGURO A VENCER	245,38
ATIVO PERMANENTE	291.121,98
IMOBILIZADO	287.359,59
BENS MÓVEIS	143.959,59
BENS IMÓVEIS	248.811,89
BENS E DIREITOS EM FORMAÇÃO	14.875,74
(-)DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	(120.287,63)
DIFERIDO	3.762,39
SISTEMAS PROCESSAMENTO DADOS	12.071,48
(-)AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	(8.309,09)
PASSIVO	2.546.169,50
PASSIVO FINANCIERO	21.268,15
OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS	8.113,54
OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS	5.799,63
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	285,06
OBRIGAÇÕES DIVERSAS	139,52
CREDORES DIVERSOS	1.889,33
OBRIGAÇÕES PROVISIONADAS	13.154,61
PROVISÕES P/ENCARGOS C/PESSOAL	13.154,61
SALDO PATRIMONIAL	2.524.901,35
ATIVO LÍQUIDO REAL	2.238.670,65
SUPERAVIT ACUMULADO	286.230,59

ADUFRGS – ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS**FOLHA 2**

RUBRICAS / MESES	MAR	ACUMULADO
RECEITAS	153.513,12	429.290,14
RECEITAS CORRENTES	111.270,69	333.630,87
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	111.270,69	333.630,87
RECEITAS PATRIMONIAIS	30.323,24	80.806,22
RECEITAS FINANCEIRAS	29.462,89	79.753,63
RECEITAS PATRIMONIAIS DIVERSAS	860,35	1.052,59
RECEITAS DE ATIVIDADES SINDICais	10.243,69	12.453,35
PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES COLETIVAS	10.243,69	12.453,35
OUTRAS RECEITAS	1.675,50	2.399,70
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	1.675,50	2.344,50
OUTRAS RECEITAS	0,00	55,20
DESPESAS	113.720,93	313.602,18
DESPESAS CORRENTES	113.720,93	313.602,18
DESPESAS COM CUSTEIO	33.724,38	96.492,70
DESPESAS COM PESSOAL	19.452,81	47.777,62
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS	2.871,13	8.104,79
DESPESAS DE EXPEDIENTE	4.186,59	15.077,27
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	545,63	3.739,04
SERVIÇOS DE TERCEIROS	2.180,00	8.720,00
DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	502,94	2.280,38
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	1.877,59	5.316,42
DESPESAS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO	2.082,33	5.376,37
ENCARGOS FINANCEIROS	25,36	100,81
DESPESAS COM ATIVIDADES SINDICais	50.647,75	123.724,40
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS	2.008,98	6.013,56
DESPESAS COM VEICULAÇÃO	0,00	0,00
DESPESAS COM VIAGENS	7.153,10	28.414,31
DESPESAS COM ATIVIDADES SÓCIO-CULTURAIS	2.110,82	7.744,60
DESPESAS C/ATIVID. POLÍTICO-ASSOCIATIVA	3.674,85	8.297,63
DESPESAS COM PUBLICAÇÕES	17.320,00	45.851,22
DESPESAS DIVERSAS ASSOCIATIVAS	15.000,00	15.403,08
DESPESAS COM ATIVIDADES SINDICais	3.380,00	12.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	29.348,86	93.385,08
CONTRIBUIÇÕES PARA O ANDES	23.834,32	71.327,02
CONTRIBUIÇÕES PARA A CUT	5.514,48	22.058,06
RESULTADO LÍQUIDO DO MÊS	39.792,19	115.687,96
RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO	115.687,96	115.687,96

EDUARDO ROLIM DE OLIVEIRA
PresidenteNINO H. FERREIRA DA SILVA
Contador - CRC-RS 14.418**BALANCETES – VALORES MENSAIS - 2005**

RUBRICAS / MESES	ABR
ATIVO	2.722.615,32
FINANCIERO	2.431.835,49
DISPONÍVEL	537.267,41
CAIXA	829,30
BANCOS	2.295,97
APLICAÇÕES C/LIQUIDEZ IMEDIATA	534.142,14
REALIZÁVEL	1.894.568,08
APLICAÇÕES FINANCEIRAS CURTO PRAZO	1.841.605,48
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.841.605,48
ADIANTAMENTOS	5.541,36
ADIANTAMENTOS A FUNCIONÁRIOS	5.541,36
OUTROS CRÉDITOS	47.298,52
OUTROS DEVEDORES OU CRÉDITO	47.298,52
DESPESAS DE EXERCÍCIOS SEGUINTE	122,72
PRÉMIOS DE SEGURO A VENCER	122,72
ATIVO PERMANENTE	290.779,83
IMOBILIZADO	287.171,98
BENS MÓVEIS	143.959,59
BENS IMÓVEIS	248.811,89
BENS E DIREITOS EM FORMAÇÃO	16.425,74
(-)DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	(122.025,24)
DIFERIDO	3.607,85
SISTEMAS PROCESSAMENTO DADOS	12.071,48
(-)AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	(8.463,63)
PASSIVO	2.547.541,87
PASSIVO FINANCIERO	22.640,52
OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS	6.717,77
OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS	5.802,41
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	0,00
OBRIGAÇÕES DIVERSAS	170,70
CREDORES DIVERSOS	944,66
OBRIGAÇÕES PROVISIONADAS	15.922,75
PROVISÕES P/ENCARGOS C/PESSOAL	15.922,75
SALDO PATRIMONIAL	2.524.901,35
ATIVO LÍQUIDO REAL	2.238.670,65
SUPERAVIT ACUMULADO	286.230,59

ADUFRGS – ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS | FOLHA 2

RUBRICAS / MESES	ABR	ACUMULADO
RECEITAS	153.514,74	582.804,88
RECEITAS CORRENTES	111.496,73	445.127,60
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	111.496,73	445.127,60
RECEITAS PATRIMONIAIS	31.337,35	112.143,57
RECEITAS FINANCEIRAS	30.984,10	110.737,73
RECEITAS PATRIMONIAIS DIVERSAS	353,25	1.405,84
RECEITAS DE ATIVIDADES SINDICais	9.932,66	22.386,01
PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES COLETIVAS	9.932,66	22.386,01
OUTRAS RECEITAS	748,00	3.147,70
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	748,00	3.092,50
OUTRAS RECEITAS	0,00	55,20
DESPESAS	94.129,25	407.731,43
DESPESAS CORRENTES	94.129,25	407.731,43
DESPESAS COM CUSTEIO	37.962,73	134.737,22
DESPESAS COM PESSOAL	19.509,45	67.005,28
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS	3.684,17	11.788,99
DESPESAS DE EXPEDIENTE	6.879,02	21.956,29
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	2.461,95	6.200,99
SERVIÇOS DE TERCEIROS	2.184,00	10.904,00
DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	119,13	2.399,51
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	1.892,15	7.208,57
DESPESAS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO	1.769,64	7.146,01
ENCARGOS FINANCEIROS	26,80	127,61
DESPESAS COM ATIVIDADES SINDICais	26.485,19	150.209,59
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS	808,98	6.822,54
DESPESAS COM VEICULAÇÃO	0,00	0,00
DESPESAS COM VIAGENS	6.721,11	35.135,42
DESPESAS COM ATIVIDADES SÓCIO-CULTURAIS	1.070,00	8.814,60
DESPESAS C/ATIVID. POLÍTICO-ASSOCIATIVA	5.815,10	14.112,73
DESPESAS COM PUBLICAÇÕES	12.070,00	57.921,22
DESPESAS DIVERSAS ASSOCIATIVAS	0,00	15.403,08
DESPESAS COM ATIVIDADES SINDICais	0,00	12.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	29.399,54	122.784,62
CONTRIBUIÇÕES PARA O ANDES	23.869,31	95.196,33
CONTRIBUIÇÕES PARA A CUT	5.530,23	27.588,29
RESULTADO LÍQUIDO DO MÊS	59.385,49	175.073,45
RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO	175.073,45	175.073,45

EDUARDO ROLIM DE OLIVEIRA
PresidenteNINO H. FERREIRA DA SILVA
Contador - CRC-RS 14.418

JORNALISMO AMBIENTAL

Notícias e propostas ALTERNATIVAS



O Jornal do Meio Ambiente on line tem o compromisso de democratizar informações sobre Meio Ambiente, além de propiciar a atualização e manutenção de contato com a área.

A página é voltada àqueles que se interessam e atuam em questões relacionadas ao tema; divulgando experiências, pontos de vista e soluções alternativas.

Quem acessar o site encontrará *links* interessantes e informativos, como campanhas em curso, denúncias, leis ambientais federais e estaduais, imagens, produtos perigosos, ecoturismo, educação e política ambiental, banco de teses, consultas a processos, entre outros. Estão disponíveis também informações sobre os projetos do Jornal do Meio Ambiente em andamento, como o Clube dos Amigos do Planeta, Curso a Distância de Educação Ambiental, JMA em Sala de Aula e Rede de Informações Ambientais e Voluntários Ambientais (Rebia). Além disso, é possível conferir o Guia do Ambiente com dicas de lugares para visitação e

pousadas e obter informações sobre eventos e cursos na área ambiental que ocorrem no País.

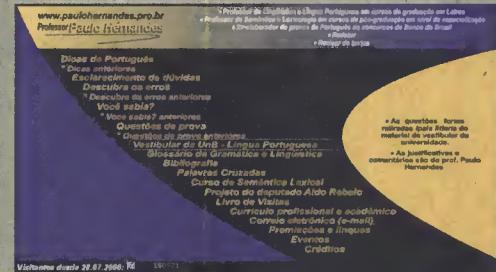
Outro *link* útil e que desperta interesse é o relacionado com Gestão Ambiental, uma atividade que está cada vez mais inserida nas carreiras de destaque. O jornal divulga até um site (www.mbcursos.com.br) que possibilita aos pós-graduandos o ingresso a este novo mercado de trabalho, com especializações em Auditoria Ambiental, Direito Ambiental, Gestão de Projetos, entre outras.

A página eletrônica do Jornal do Meio Ambiente foi premiada no Brasil como um dos melhores sites ecológicos e melhor periódico sobre Meio Ambiente na internet brasileira. Recebeu ainda destaque internacional como o melhor site de meio ambiente do mundo em língua portuguesa.

HIPERLINK

Dicas de português

www.paulohernandes.pro.br



Traz informações sobre a estrutura e funcionamento da língua portuguesa. Disponibiliza *links* com questões de provas comentadas, indicações bibliográficas e muitas outras informações. Ideal para tirar dúvidas de português, este site foi elaborado pelo professor Paulo Hernandes, professor de linguística e língua portuguesa em cursos de graduação de Letras, ex-elaborador de provas de português de concursos do Banco do Brasil, redator e revisor de textos.

Conhecimento Livre

www.novae.inf.br



Uma revista on line, pluralista na divulgação de idéias e conceitos, que aborda os mais diversos assuntos como economia, cibercultura, política, cultura, literatura, mídia, comportamento, filosofia e cidadania. Neste site estão disponíveis artigos, entrevistas, matérias, fotos, dicas e comentários de livros sobre medicina, economia, movimentos sociais, além de análises e textos escritos por Emir Sader, Cândido Grzybowski, Alberto Dines, Flávia Matar, Mário Maestri e Leonardo Boff.

Diversidade atrai público recorde

Durante 11 dias, o Riocentro, no Rio de Janeiro, se tornou uma grande feira de cultura com a realização da 12ª Bienal Internacional do Livro. De 14 a 22 de maio, 630 mil pessoas passaram pelo centro de eventos, o que resultou na venda de 2,3 milhões de livros e em um faturamento de R\$ 41,5 milhões.

De acordo com os organizadores, o aumento da presença de jovens no evento se confirmou, com 45% dos visitantes na faixa etária de 15 a 24 anos – na edição anterior esse percentual foi de 30%. O levantamento indicou também que as mulheres são a maioria – 59% contra 41% de homens. Este ano a Bienal contou com uma programação mais diversificada, com 95 diferentes sessões e novos espaços como o Imaginário do Autor e o Jirau de Poesia, que atraiu um público recorde.

Para Paulo Rocco, presidente do Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL), que organiza a Bienal em parceria com a Fagga Eventos, o aumento no faturamento se deu pelo fato de ter crescido o número de jovens entre os visitantes e desses jovens estarem comprando mais. "Antigamente os jovens liam os livros voltados para os adultos. Agora as editoras têm lançamentos específicos para essa faixa etária. Somam-se a esse fato as inúmeras promoções e a grande oferta de títulos da Bienal", observou Rocco.

Rosa Maria Barboza de Araújo, coordenadora da Programação Cultural da Bienal do Livro, ressaltou a importância da diversidade para atrair um maior número de pessoas. "Tivemos atrações para as mais diferentes 'tribos', com destaque para a presença dos jovens. A francesa Lolita Pille, que abriu o Café Literário no dia 12 de maio, lotou o espaço com adolescentes de 13 a 17 anos", comentou. Rosa Maria chamou atenção também para o gosto do público pela ficção.



Divulgação/ Bienal do Livro

Bienal 2007

No dia 23 de maio, o prefeito em exercício do Município do Rio de Janeiro, Otávio Leite, o presidente do Riocentro, Wagner Siqueira, e o presidente da Fagga Eventos, Arthur Repsold assinaram o termo de compromisso para a realização da 13ª Bienal Internacional do Livro do Rio de Janeiro, marcada para o período de 17 a 27 de maio de 2007. A organização tem como meta envolver o evento com os jogos Panamericanos.

História

Há 22 anos nasceu a Bienal Internacional do Livro do Rio de Janeiro, nos salões do Hotel Copacabana Palace, numa área de aproximadamente mil metros quadrados. Dois anos depois, em 1985, o cenário foi transferido para o São Conrado Fashion Mall e em 1987 chegou ao Riocentro, com 15 mil metros quadrados. A Bienal, considerada o acontecimento editorial mais importante do País nos anos ímpares, já se caracterizou como um evento cultural de mobilização nacional, que supera todas as expectativas de público, vendas e mídia e atinge um crescimento anual de 30%.

Presença Gaúcha

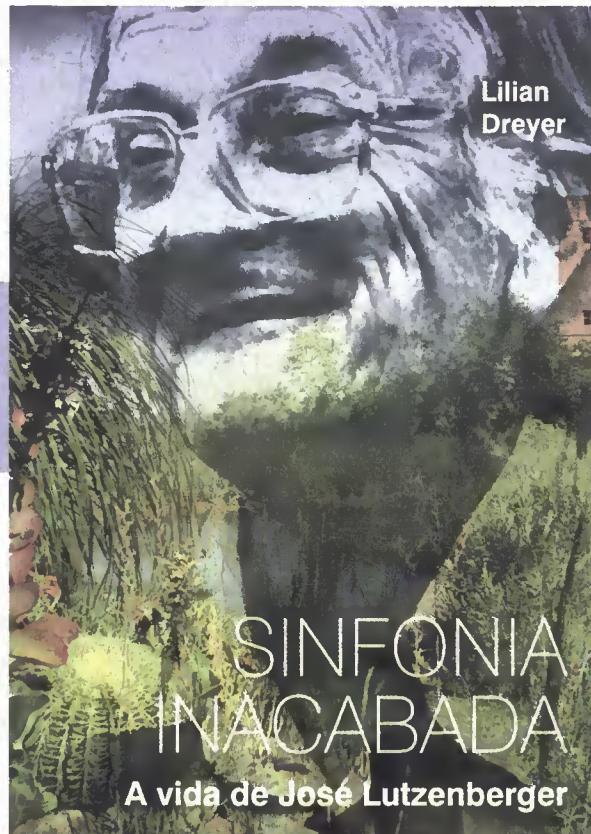
A editora da Ufrgs participou da Bienal Internacional do Livro com sucesso absoluto, segundo avaliação da livraria da Universidade. No total foram comercializados mais de mil exemplares de 220 títulos de sua produção editorial, com destaque para as obras da coleção "Síntese - História Contemporânea", a coleção de "Relações Internacionais e Política Externa", e os campeões "Geografia em Sala de Aula", "Israel vs Palestina", "Quinhentos Anos de Periferia" e "Ler e Escrever". O resultado foi considerado excelente, pois representou um incremento de quase 50% em relação ao faturamento da Bienal anterior.

BIOGRAFIA

SINFONIA INACABADA

A vida de José Lutzenberger

de **Lilian Dreyer**
 Editora Fundação Gaia
 518 páginas
 R\$ 50,00



"Sinfonia Inacabada", escrito pela jornalista Lilian Dreyer, conta a história do agrônomo gaúcho José Lutzenberger, um experiente e corajoso defensor da conservação e preservação ambiental. Lutz, como era chamado, defendia o desenvolvimento sustentável, principalmente na agricultura e no uso dos recursos não renováveis. Além disso, sempre procurou alertar a sociedade sobre os perigos socioambientais do modelo de globalização vigente. Participou, ao longo de sua vida, de 80 encontros nacionais e mais de 40 internacionais, tendo recebido 40 prêmios, entre eles, *The Right Livelihood Award* (Nobel Alternativo), 25 distinções e inúmeras homenagens especiais.

José Lutzenberger trabalhou durante muito tempo para empresas voltadas à produção de adubos e químicos, no Brasil e no exterior. Em 1971, depois de 13 anos como executivo da Basf, abandonou a carreira para denunciar o uso indiscriminado de agrotóxicos nas lavouras do Rio Grande do Sul. Participou da fundação da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan) e criou a Fundação Gaia, localizada em Pantano Grande, a 120 quilômetros de

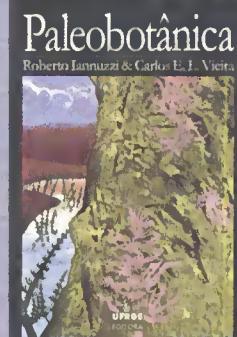
Porto Alegre. A Fundação atua na área de Educação Ambiental e na promoção de tecnologias socialmente compatíveis como a Agricultura Regenerativa.

A sede rural da fundação se chama Rincão Gaia, de 30 hectares, situada sobre uma antiga jazida de basalto. O lugar é habitado por diversas espécies silvestres e abriga o Centro de Educação Ambiental e de Divulgação da Agricultura Regenerativa que está estruturado para receber grupos de até 30 pessoas, fornecendo hospedagem e alimentação. Sedia cursos e seminários, com aulas teóricas e práticas, dirigidos à promoção do desenvolvimento sustentável.

Lutzenberger também foi secretário especial do Meio Ambiente da Presidência da República, em Brasília, de 1990 a 1992, durante o governo Collor de Mello, quando teve participação decisiva na demarcação de terras indígenas.

LEIA TAMBÉM

PALEOBOTÂNICA



Roberto Ianuzzi & Carlos E. L. Vieira
 Editora Ufrgs
 167 páginas
 R\$ 25,00

O livro Paleobotânica é indicado a todos aqueles que querem iniciar-se nesta área. Com uma linguagem simples e acessível, traz informações relativas a como e onde os vegetais são fossilizados; quando se deram os principais saltos evolutivos do mundo vegetal, entre outras abordagens. O livro inicia a série didática, resultado da atividade realizada pelo Departamento de Paleontologia e Estratigrafia da Ufrgs.

REFORMAS UNIVERSITÁRIAS
 Avaliação Institucional Participativa

Denise Leite
 Editora Vozes
 144 páginas
 R\$ 20,00

O livro coloca suas lentes sobre as inovações e mudanças dos tempos atuais e confirma que, para reformar, é preciso avaliar, fazer um retrato da instituição para que todos a conheçam e possam ser atores dos processos reformadores. Uma revisão técnico-descritiva contribui para entender a avaliação da educação superior no Brasil desde 1993 até o programa Sinaes, introduzido em 2004.



O QUE SERIA DO MUNDO SEM PAPEL?



Existe muita gente preocupada com esse assunto, que trabalha no sentido de chamar a atenção para a reciclagem de resíduos na fabricação de papel ao reinventar e criar objetos úteis e bonitos. A Incubadora Tecnológica de reciclagem (ITR) da Escola Técnica da Ufrgs, que visa incubar empresas fabricantes de produtos a partir de resíduos, promoveu, de 20 de abril a 27 de maio, o evento Papel Brasil - Feito à Mão.

por Nara Branco

O evento foi realizado com mais duas atividades paralelas: a mostra Papel-Brasil feito à Mão e o ciclo de palestras-laboratório com demonstrações práticas do trabalho de reciclagem a partir de fibras vegetais, com a participação da Papeloteca Otávio Roth, que atualmente desenvolve as pesquisas. De acordo com Jussara Porto, gerente da ITR, o objetivo maior da atividade foi atrair e estimular os alunos da Ufrgs para a pesquisa da reciclagem. "A nossa intenção é criar a cultura da reciclagem e divulgar a incubadora para que mais empresas se integrem a ela", explicou.

Jussara caracteriza o evento como uma mostra múltipla, pois envolveu a exposição, as palestras e o laboratório, que trabalhou com fibras de cana, sisal, amoreira, pinus e bananeira. "Sentimos um grande interesse por parte das pessoas em avançar nas pesquisas com outras fibras, como a do arroz, tanto que já estamos trabalhando para realizar mais eventos como esse no segundo semestre, utilizando também matérias-primas como vidro, madeira e plástico".

Um novo olhar

A Papeloteca Otávio Roth, que funciona na Usina do Papel, na Usina do Gasômetro, em Porto Alegre, participou do evento promovendo palestras, seguidas de demonstrações práticas. Segundo Celina Cabrali, diretora da Otávio Roth, o papel é um material singular que necessita ser tocado para ser compreendido. Foi criado pela inteligência e sensibilidade humana, altera-se conforme a história, a geografia e registra até o humor de quem o faz. "Esse evento foi realizado para promover um novo olhar sobre o resíduo não só urbano, mas também rural", comenta.

Para ela, um dos grandes objetivos dessa atividade foi di-

vulgar como se pode fazer um papel de primeira qualidade, utilizando o resíduo rural, gerando trabalho e renda no campo. Durante os laboratórios foi demonstrada a fabricação de papel com bagaço de cana, entracasca da amoreira, onde são encontrados restos do casulo do bicho-da-seda, o engaço (fibra do tronco) da bananeira e a fibra não nobre do sisal, com suas diferentes utilizações na confecção de luminárias, agendas, blocos, entre outros.

Celina destaca a importância de associar a fabricação do papel com resíduos rurais em locais onde já existe atividade econômica correlata. Um exemplo, segundo ela, é o projeto-piloto, implantado em Londrina, no Paraná, onde a Associação das Mulheres do Patrimônio Selva, que trabalha com a bananeira na fabricação de doces e artesanato, agora incluiu a confecção do papel em suas atividades.

Para Celina, o papel dos dias de hoje é mais frágil, diversificado e mais acessível do que nunca, sempre indispensável, que nos questiona sobre os impactos de suas formas de produção, consumo e descarte. "Este é o espírito do nosso trabalho, realizado de forma voluntária e com parcerias, através da pesquisa de como fazer e como ensinar, como gerar e gerir trabalho".

Paixão

A Papeloteca Otávio Roth é fruto de uma associação cujos integrantes amam o papel e as diversas formas de fazê-lo. O nome da associação é uma homenagem a um homem que dedicou boa parte de sua vida ao papel e seu aproveitamento. O paulista Otávio Roth, falecido em 1993, é reconhecido mundialmente por sua obra em papel artesanal e eventos de arte participativa. Formado



“Como seria o mundo...”

em Londres, pelo *Hornsey College of Art*, morou e trabalhou em Israel, Noruega e Estados Unidos. Roth também recebeu vários prêmios de literatura infanto-juvenil como ilustrador e escritor, tanto que suas ilustrações da Carta de Direitos Humanos estão expostas nas sedes da ONU em Genebra, em Viena e em Nova York. No Brasil, Roth foi pioneiro na difusão do papel artesanal através de cursos, oficinas, publicações e exposições.

Para Celina Cabrali, o trabalho de Roth em reciclagem de papel e de elementos da natureza contribuiu muito para a construção de uma consciência ambiental. Ela atribui a Roth a paixão pela atividade e resume essa paixão no que ele próprio costumava dizer sobre o assunto: “Lembro-me do medo que tinha do papel em branco... Um dia aprendi a fazê-lo com as próprias mãos. Foi uma revolução. Hoje somos amigos inseparáveis”.

Respostas

Em outubro de 2004, a pergunta “O que seria do mundo sem papel?” ganhou forma. A partir de um mapa *mundi* amassado, foi confeccionada uma bola de papel que passou por muitos lugares em Porto Alegre, como a Feira do Livro, estabelecimentos comerciais, vilas da periferia e Acampamento da Juventude, durante o Fórum Social Mundial 2005. Por onde passava, a bola recebia pequenos bilhetes escritos em papel reciclado com respostas à pergunta “O que seria do mundo sem papel?”, que eram colados em sua superfície. Hoje, a bola tem um metro de diâmetro e está na Usina do Gasômetro para ser vista e, quem sabe, até para aumentar de tamanho, com mais respostas interessantes.

Segundo Celina, as respostas são as mais variadas e destaca uma: “Um mundo onde tudo seria no grito”. Para a diretora da Otávio Roth, “as respostas traduzem a influência do marketing nas pessoas, a valorização do saber escrever para as classes populares e a importância da relação do papel com a poesia”. A paixão pelo tema, aliada ao conteúdo literário das respostas do público, levou Celina ao desejo de publicar o trabalho. “Estamos tentando um patrocínio para a publicação, tanto que já entramos com um projeto junto ao Instituto de Letras da Ufrgs, solicitando auxílio acadêmico para fazer a tabulação e análise das respostas, que resultaria da retomada da reflexão sobre a importância do papel”, informou animada.

**“Lembro-me do medo que tinha do papel em branco... Um dia aprendi a fazê-lo com as próprias mãos.
Foi uma revolução.
Hoje somos amigos inseparáveis.”**
(Otávio Roth)

- Como seria o mundo sem papel? Com mais árvores.

- Seria como caneta semi-letra, café sem pão, melado de azougue, corrida de perneta, molhar o encharcado, secar o árido, ofuscar cegos, aplausos de manetas e universo sem planeta.

- Seria como se não houvesse luz, porque nele toda forma de expressão é possível e necessária. O que seria do escritor, do desenhista, do pintor e que seria dos amantes?

- A palavra o vento leva, o que se escreve grava para sempre. Como poderia selar a paz?

- Não imagino o mundo sem o papel. O papel para mim significa o começo do progresso. Através do papel, podemos passar para o mundo as nossas invenções, tudo que nos leve ao progresso.



Armas viram brinquedos

As armas arrecadadas na Campanha Nacional do Desarmamento ganharam novo formato e estão expostas em uma praça de Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro. Derretidas, elas viraram brinquedos como gangorras, balanços e escorregadores, que agora fazem a alegria da criançada. As peças foram pintadas e instaladas pela própria comunidade do Conjunto Residencial Grão Pará, onde se situa a praça. Iniciada em agosto de 2004, a Campanha do Desarmamento já recebeu 360 mil armas. Segundo os ministérios da Justiça e da Saúde, com a iniciativa, houve redução no número de internações hospitalares causadas por armas de fogo nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, nos sete primeiros meses de vigência da Campanha. Segundo a pesquisa, as internações de vítimas de armas de fogo, que chegavam a 180 por mês no Rio de Janeiro, caíram para 160. Em São Paulo, passaram de 475 para 442. Informações sobre devolução de armas, no serviço gratuito 0800-729-00-38.

"Rei da soja"

Entre os candidatos ao prêmio de protesto "Motosserra de ouro para o desmatamento da floresta tropical", que a organização *Greenpeace* concedeu em junho no Brasil, encontra-se, ao lado do presidente Luís Inácio Lula da Silva, o governador do Mato Grosso e dono do grupo Maggi, Blairo Maggi, considerado um dos maiores produtores de soja do mundo.

Mas enquanto o Banco WestLB, da Alemanha, concede financiamento para o "sojicultor exemplar", os ambientalistas lhe dão o título de "campeão do desmatamento". Segundo o ecologista gaúcho Antônio Andrioli, "o governador é campeão absoluto de desmatamento, responsável por 48% do total destruído em 2003-2004". Atualmente, Andrioli escreve tese sobre a expansão do cultivo de soja transgênica no Brasil, na Universidade de Osnabrück, na Alemanha.

Problemas mentais nos EUA

Um em cada quatro americanos adultos tem transtornos mentais em vários níveis, segundo um estudo publicado na revista *Archives of General Psychiatry*, de Washington. Os problemas mais comuns são ansiedade, distúrbios de humor, dificuldade para controlar impulsos e transtornos por uso de drogas. É a conclusão de uma pesquisa sobre os transtornos mentais da população dos Estados Unidos feita por um grupo de psiquiatras liderado por Ronald Kessler, da Escola de Medicina da Universidade de Harvard. Segundo Kessler, a maior parte dos problemas mentais começam na infância ou na adolescência. Considerado a grande carga pessoal e social dos transtornos mentais, estas observações devem incentivar as autoridades médicas a dedicar maior atenção aos anos da infância e da adolescência, afirmou o psiquiatra.

Leucemia e as redes de alta tensão

Uma pesquisa realizada na Grã-Bretanha revela que morar muito perto de redes de alta tensão pode aumentar o risco de leucemia na infância. O estudo, publicado pelo *British Medical Journal*, concluiu que as crianças que moram a um raio de 200 metros de distância das linhas de alta tensão têm risco 70% maior de desenvolver leucemia do que as que moram a mais de 600 metros.

Os autores da pesquisa, no entanto, destacam que não há nenhuma razão biológica para explicar o fenômeno e que são necessários estudos mais aprofundados para estabelecer uma relação entre a proximidade das redes e a doença.

Combate ao analfabetismo virtual

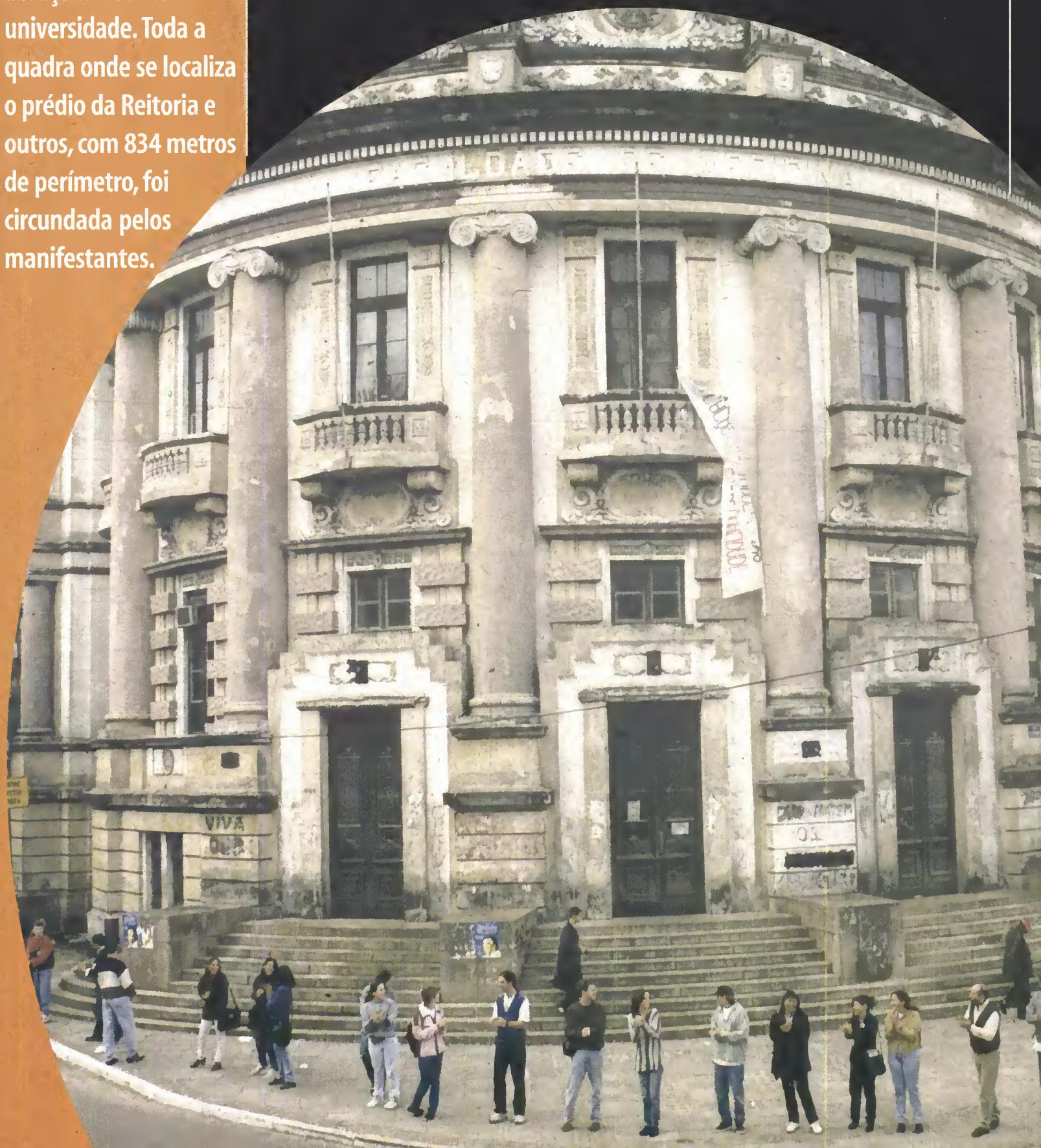
Para combater o hábito de escrever errado na internet foi lançada a campanha "Eu sei escrever", uma iniciativa da *Press Delete*, da *HostNet* e da comunidade tecnológica Fórum PCS. O objetivo principal é reduzir a quantidade de erros propósitos em suas 65 áreas de discussão, onde já foram publicadas mais de um milhão de mensagens nos três anos de existência do site. A partir do anúncio desta campanha, toda a equipe de redatores e moderadores do Fórum vai orientar os autores de mensagens de conteúdo ininteligível para que escrevam de forma mais clara. Os filtros de palavras proibidas, normalmente configurados apenas para impedir o uso de termos impróprios, passarão a substituir automaticamente as abreviaturas mais comuns pelas palavras correspondentes. As correções são assinaladas em itálico, de modo que os autores percebam que estão escrevendo errado. Entre as abreviaturas mais comuns na internet estão *naum* (não), *aki* (aqui), *tb* (também), *blz* (beleza), *vc* (você), *qq* (qualquer), *kd* (cadê), *q* (que). Maiores informações podem ser obtidas no <http://euseiescrever.blogspot.com>.

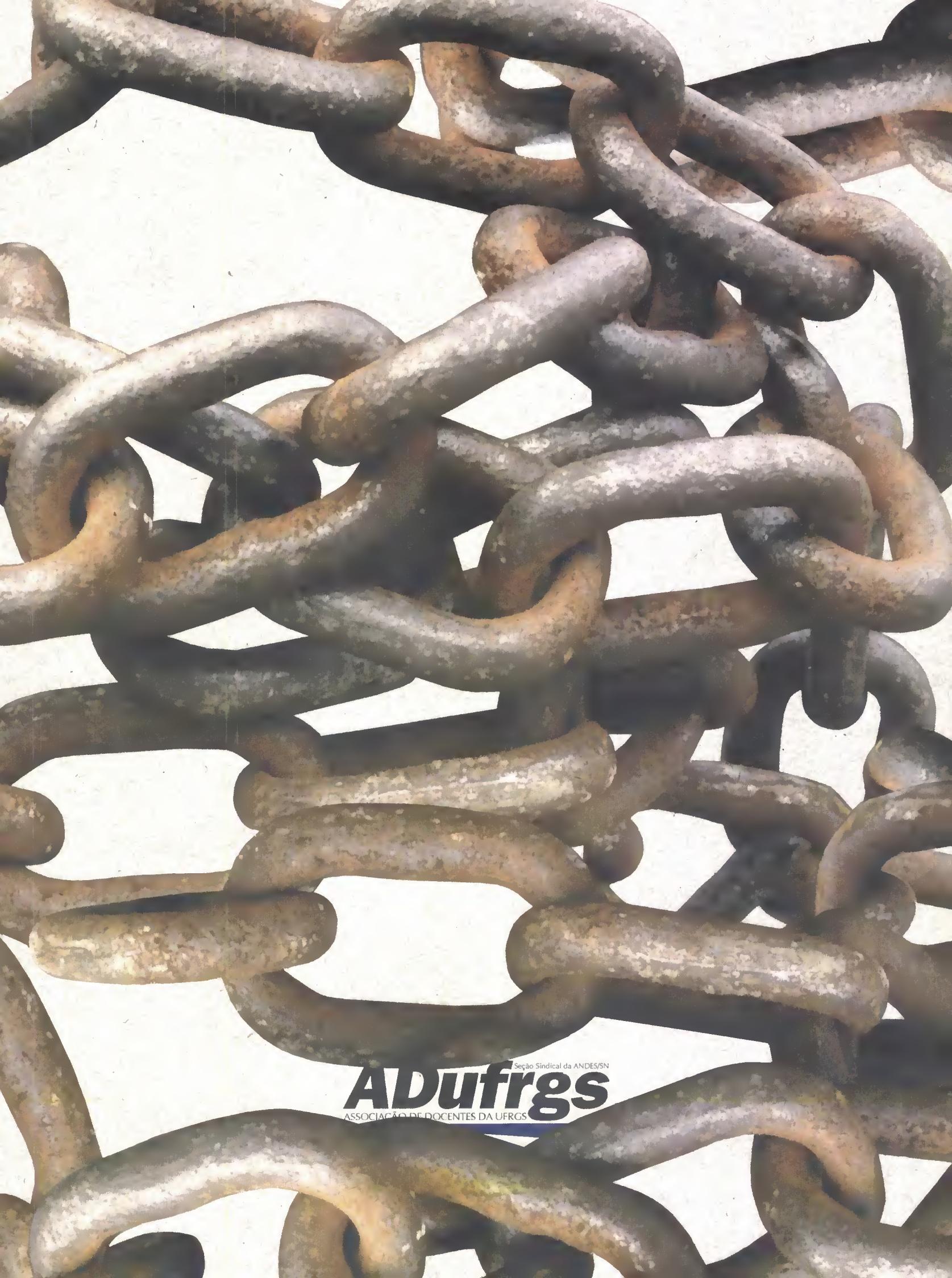
1998

Professores, técnico-administrativos e estudantes unidos no abraço simbólico à universidade. Toda a quadra onde se localiza o prédio da Reitoria e outros, com 834 metros de perímetro, foi circundada pelos manifestantes.

a história de quem faz

Foto Fabricia Osanai/Adufrgs





ADUfrgs
Seção Sindical da ANDES/SN
ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UFRGS